

MagisCultura



Mineira
Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros Setembro de 2024

Cozinha tradicional é patrimônio cultural de Minas

Cordel, uma herança portuguesa

Carlos Herculano, o imortal de Coluna

E MAIS:
Eduardo Almeida Reis, contos e poemas

30

SUMÁRIO

CAPA

Nossa capa

A cozinha tradicional mineira recebeu em 2023 reconhecimento como “patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais”, a partir do registro, pelo Iepha, dos ‘sistemas culinários do milho e da mandioca’. O reconhecimento oficial consagra e busca preservar a história e o modo de cozinhar das cozinheiras dos períodos colonial e imperial, transmitidos de geração a geração por nossas bisavós e avós, em receitas escritas com letras bem desenhadas em caderninhos às vezes encardidos, mas quase sempre bem conservados.

Arte de Rodrigo Zavagli.



CARLOS HERCULANO NA ACADEMIA

Com raízes na Chácara São Joaquim
Armando Freire

4



CONVIDADO ESPECIAL

Três minicontos selecionados

Carlos Herculano Lopes

8



CONTO

Capas adiantadas

Renato César Jardim

12



O túnel

Carlos Roberto Loiola

14

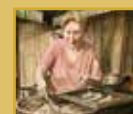


COZINHA MINEIRA, PATRIMÔNIO CULTURAL

Minas reconhece sua cozinha como patrimônio cultural

Manoel Marcos Guimarães

18



A comida como restauração e fermento do convívio

Fabiana de Menezes Soares

28



LITERATURA

Cordel: uma herança portuguesa, com certeza

Gutemberg da Mota e Silva

32



O “philosofho” Eduardo Almeida Reis

Rogério Medeiros Garcia de Lima

36



CRÔNICA

Sentimento Oceânico

José Aparecido Fausto de Oliveira

42



POESIA

A invenção do fogo

Llewellyn Medina

44



Antropofágico

Amaury Silva

45



Três sonetos

João Quintino Silva Galinari

46



Veniet

José Maria Vieira Starling

47



REPERCUSSÃO

Edição Histórica foi lançada no Congresso Nacional

48



Elogio da imprensa

49



EDITORIAL

Saudade preventiva

Ao longo dos três anos em que exercemos a presidência da nossa Amagis, e que estão prestes a se encerrar, um dos encargos que mais me emocionaram foi ocupar esse quadradinho de abertura da *MagisCultura*, para apresentar a edição aos leitores.

Em uma sequência de seis edições semestrais e outras duas especiais, não numeradas, desfilarão por aqui algumas dezenas de textos de nossas e nossos colegas juizes e desembargadores e de alguns convidados, prenhes de informações, reflexões e poesia, que nos alimentavam e nos revigoravam para a faina diária, sempre renovada.

A pauta e o conteúdo da presente edição vêm a calhar para minha despedida deste quadrado, pois a revista traz na capa um banquete de comida mineira, recheado de cores, cheiros e sabores, e nos conduz em seu conteúdo a viagens pela literatura de cordel, por chácaras que viram nascer mais um escritor imortal mineiro, pela obra de outro imortal, pela criatividade de nossos contistas de plantão e pela sensibilidade poética de outros mais.

Como eu disse em depoimento à revista 'Matéria Prima', nossa *MagisCultura* acumulou êxitos desde sua primeira edição e tornou-se o átrio da exteriorização cultural da magistratura mineira, identidade que vem carregando há quinze anos e é motivo de extremo orgulho para a Amagis. Hoje, a revista alcançou longevidade promissora e tornou-se publicação de referência em matéria de difusão cultural e artística.

Ao despedir-me, já antecipadamente saudoso, cabe-me reconhecer o pioneirismo da gestão do desembargador Nelson Missias de Moraes, então presidente da Amagis quando da criação da revista, o discernimento do diretor do Conselho Editorial, juiz Renato César Jardim, e de todos os seus membros, bem como registrar e agradecer o talento e a dedicação da equipe de edição, liderada pelo jornalista Manoel Marcos Guimarães e integrada pelas artistas Sandra Bianchi e Rachel Magalhães.

Por certo, a publicação seguirá firme no seu propósito de apresentar escritores e escritoras para além da toga.

Boa leitura!

JD Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente

MagisCultura

Mineira

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

Amagis • Diretoria Triênio 2022-2024

Presidente: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Administrativa: Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente Financeira: Juiza Roberta Rocha Fonseca

Vice-presidente de Saúde: Juiz Jair Francisco dos Santos

Vice-presidente do Interior: Juiz Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Desembargador Maurício Pinto Ferreira

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Desembargadora Aposentada Heloísa Helena de Ruiz Combat

Diretora-secretária: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-subsecretário: Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação: Juíza Daniela Cunha Pereira

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

- **Conselho Editorial:** Juiz Renato César Jardim, Desembargador Gutemberg da Mota e Silva, Desembargador João Quintino Silva, Juíza Aldina de Carvalho Soares, Juiz Fernando Humberto dos Santos, Juiz Jorge Paulo dos Santos, Professor Hermes Vilchez Guerrero (Diretor da Faculdade de Direito da UFMG) e Artista Plástico e Escritor Márcio Sampaio (membro da AML).
- **Editor Responsável:** Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587 / MG)
- **Proj. gráfico e editoração eletrônica:** Rachel GM Magalhães (rachel@belohorizonte.com)
- **Ilustrações:** Sandra Bianchi (sandrambianchi@gmail.com)
- **Impressão:** Rona Editora | **Tiragem:** 2.800 exemplares
- **Envio de textos para publicação:** leia normas na terceira capa

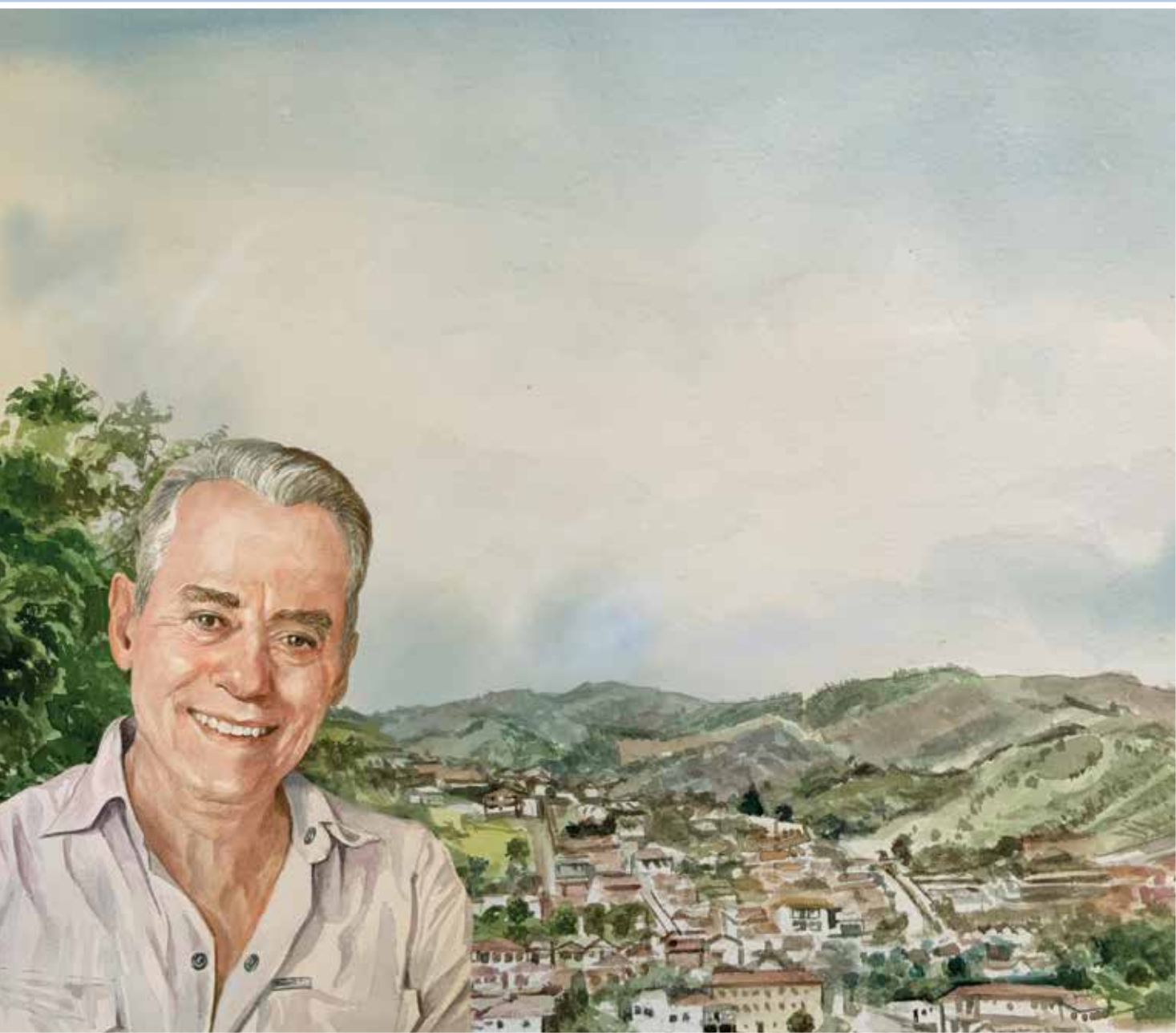
Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro . Belo Horizonte . MG . CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3453 . E-mail: magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

A Academia Mineira de Letras é parceira da revista *MagisCultura*.



Com raízes na Chácara São Joaquim

Armando Freire
Desembargador do TJMG

Conheci a cidade de Coluna numa manhã fria e ensolarada do mês de julho de 1975, céu de brigadeiro, um azul intenso. Soprava um vento frio de cortar. Estava na companhia do meu saudoso amigo e conterrâneo Augusto Rabelo, jovem funcionário do Banco do Brasil e notável professor de matemática e física, lecionando à época no Colégio Nossa Senhora da Conceição e no Ginásio Ministro Edmundo Lins, em Serro. Estávamos em diligência naquele dia, essa é a mais pura verdade. Depois de percorrermos uns bons quilômetros por uma estrada poeirenta e esburacada, abrindo sucessivas e intermináveis porteiças, passando por Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Rio Vermelho, pelos redutos do Cocais e Borges, adentramos a zona urbana do município de Coluna, por volta das 11 horas, num conservado Fusca "azul calcinha", ano 74, de propriedade do Augusto e por ele dirigido. Estava eu, por assim dizer, em "mares nunca dantes navegados". Chegamos pela entrada dos fundos e o nosso destino já estava traçado, era a famosa Chácara São Joaquim. A entrada principal da cidade, diga-se, era pela rua São João Evangelista, lado oposto, na sequência dos terrenos de propriedade do 'Seu' Aguiar, figura de destaque na sociedade colunense, próspero fazendeiro, hospitaleiro a não mais poder, admirável contador de casos, memória viva da história do município e adjacências, amigo do nosso caríssimo colega e membro do Conselho Editorial desta conceituada "revista de cultura e arte dos magistrados mineiros", já aposentado, Dr. Renato César Jardim. O Augusto já conhecia a Chácara São Joaquim, lá estivera em outra oportunidade, conquanto tomado das mesmas intenções daquele dia. Descortinamos a Chácara logo na entrada da cidade, bem de frente para uma rua de terra batida que ia desaguar na praça central, onde localizada a Igreja Matriz, de traços mais contemporâneos. Aquela manhã inesquecível, fria e ensolarada, céu de um azul intenso, marcou o início de uma fase determinante em minha vida que desde então não foi mais a mesma. Devo dizer, esclarecendo, que aquela era uma viagem de reconhecimento de terreno, um tanto investigativa, planejada à boca pequena, com segundas intenções. Mas, muito boas intenções, diga-se. Pois bem, vamos ao relato. É que a dita Chácara São Joaquim não era um sítio qualquer, um a mais naquele pequeno município, meio que perdido na imensidão de uma região pobre e carente, desamparada, entre os Vales do Jequitinhonha e Doce. Eu acabara de concluir o curso de Direito e estava iniciando a vida profissional, tendo retornado ao Serro em fevereiro de 1975. Jovem, tomado de esperança e muitos projetos, pronto para o maior desafio na minha vida,

até então. Estava, ainda, em fase de readaptação à vida interiorana, depois de uma década de ausência. Aquele não era mais o Serro da minha juventude, daí as dificuldades que eu estava tendo nesse reencontro. Outros tempos. Jovem e ainda descompromissado, estava atento às oportunidades que se abriam para novos e promissores relacionamentos. Não demorou muito, foi quando conheci a Laene e suas irmãs, estudantes internas do Colégio Nossa Senhora da Conceição. A Laene, a mais velha delas, era colega da minha irmã Jacira. É aqui que entra o meu amigo Augusto, que já era conhecido da Laene e suas irmãs, e foi quem se encarregou de facilitar o nosso relacionamento, a ponto de, naquela manhã ensolarada e fria, nas férias escolares de julho de 1975, nos deslocarmos, ousadamente, até a tal "Chácara São Joaquim". As nossas intenções estavam reveladas: as charmosas meninas do Colégio, em férias no seu reduto familiar, a Chácara São Joaquim. Portanto, em conclusão, não chegamos ali por acaso e não estávamos apenas de passagem. No que me diz respeito, cheguei para ficar. E fiquei de vez. Lamentavelmente, o amigo Augusto, em 1978, de forma prematura nos deixou, vitimado em um trágico acidente automobilístico nas imediações da cidade de Divinópolis. Tenho certeza de que ele, em que chácara outra possa estar em glória, sente-se gratificado e feliz por ter sido quem me propiciou iniciar uma nova vida, numa gloriosa jornada que se estende por quase meio século.

Faço essa introdução para justificar a ousadia de aceitar o desafio de tecer algumas considerações, minimamente interessantes que possam ser, a respeito do meu cunhado Carlos Herculano Oliveira Lopes, filho de Santo Antônio da Coluna, esse jovem e talentoso escritor que vem de assumir, recentemente, a Cadeira nº 37 da Academia Mineira de Letras, sucedendo ao imortal Olavo Romano. Para falar do Carlos Herculano, ou melhor, do Carlinhos, não podia deixar de dar uma passada pela Chácara São Joaquim, que abrigava as sete filhas de Cula e Iracema, moças lindas. Mas abrigava, também, o primogênito de uma prole de oito filhos, franzino e comunicativo, irrequieto, um mancebo, como gostava de dizer o meu saudoso pai. O Carlinhos é o fruto bendito entre as sete mulheres, tendo reinado, firme e fagueiro, naquelas terras que se estendiam entre as grotas dos Cardoso e do Baú, virando morro acima, que pareciam ser um mundo de terras no imaginário fértil de quem ali viveu uma infância simples e feliz. É dizer, a Chácara e as sete moças lindas nos remetem à epopeia gaúcha rememorada na magistral história contada por Letícia Wierzchowski, a "Casa das Sete Mulheres", guardadas as devidas proporções e cada qual com as suas particularidades.

“Estava, ainda, em fase de readaptação à vida interiorana, depois de uma década de ausência. Aquele não era mais o Serro da minha juventude, daí as dificuldades que eu estava tendo nesse reencontro.”

A Chácara São Joaquim, onde a rigor e por justiça, reinavam não sete, mas oito mulheres, não era a seu tempo uma instância qualquer de um longínquo pago gaúcho, apartada da zona onde se arrastou o conflito que se inseriu na história do nosso País como a mais longa guerra civil do continente sul-americano. A Chácara São Joaquim foi o oásis dessas meninas, tão lindas e charmosas, e do primogênito que ali nasceram e dali saíram para enfrentar o mundo, levando consigo, cada um a seu modo, uma história fruto de uma infância feliz e saudável, em meio às brincadeiras no terreiro da “casa grande”, por onde passava um pequeno córrego que nas noites de insônia parecia soluçar no seu périplo até o Matinada, para chegar ao Suaçuí, depois ao Doce, e por aí serpenteando até desaguar na imensidão do mar, em outros e distantes territórios. Pois bem, a Chácara São Joaquim, no pequeno município de Coluna, no portal do Vale do Rio Doce, foi e sempre será o coração de Carlos Herculano, sítio da sua infância, da sua ativa e irrequieta juventude, hoje o pouso reconfortante onde se pode desfrutar do ócio com a preocupação apenas de contar e cuidar do gado, lembrando os tempos difíceis, pensando as feridas e se fortalecendo para seguir adiante. Sítio de uma paineira sobranceira, plantada a seis mãos, abatida há pouco tempo porque as suas raízes, indomáveis, já estavam invadindo as entranhas das ruas e praças. Aquele ambiente, na companhia das sete lindas e formosas mulheres, foi preponderante para traçar as linhas do futuro promissor do menino “Carlos” ao se enveredar nos caminhos da literatura, noticiando, narrando e contando as histórias, as tramas, as venturas e desventuras de personagens múltiplos. Ali naquele pequeno latifúndio sempre esteve a fonte de inspiração na criação dessas histórias fantásticas articuladas na verve literária do mais recente Imortal da AML. A relação do Carlinhos com a Chácara São Joaquim e entornos sempre foi uma verdade inconteste, posto que vaticinada e alimentada pela saudosa matriarca, a incrível Dona Iracema, uma mulher além do seu tempo, numa ocasião de suas muitas interlocuções com o “Carlos”, muito provavelmente debruçados na pequena varanda de entrada da casa dos Oliveira Lopes. Extrai-se do diálogo que ficou assim registrado em “Poltrona 27”:*“Comprar as terras das minhas irmãs não foi uma transação difícil. Todas concordaram em vender suas partes para mim. A outra metade ficava para a minha mãe, que intermediou a transação. Seu lugar é aqui, meu filho. Você cresceu aqui. Pegou passarinhos aqui. Criou seus carneiros aqui, brincou com seus amigos e andou a cavalo foi aqui. Jogou bolinhas de gude e soltou papagaio, foi aqui. Pare com essa bobagem de querer outra terra, pois não vai dar certo. Ela havia me dito, alguns meses antes, quando lhe falei que estava de olho numa pequena fazenda de uma amiga da família, quase na divisa com Itamarandiba, já entrando no Vale do Jequitinhonha.”* Palavras de quem sabia e podia falar. Foi então e assim que no início dos anos 70 eu conheci o mancebo Carlos Herculano, e com o passar dos anos fui conhecendo o Carlinhos, compartilhando com ele, fraternalmente, do ambiente daquela Chácara que de último passou a abrigar bem mais do que sete moças lindas e formosas. A Chácara deu frutos e dali não me aparteje jamais. Interessante é a vida. Como as coisas vão se sucedendo, se encadeando, às vezes se desencadeando, e de repente está tudo consumado. A roda da vida com a sucessão dos ciclos, as alternâncias, o suceder das gerações.

Integrado à família, em 1980 eu já estava me preparando para o concurso da Magistratura, quando o Carlinhos lançou o seu primeiro livro, *O sol nas paredes*. Produção independente. Ele era muito novo, cabelos encaracolados, encarnava com estilo toda a irreverência da juventude daqueles tempos conturbados dos anos 80. Andava com a sua inseparável bolsa de couro, o que era comum naquela época entre os jovens mais descolados. Todas as noites, invariavelmente, metia na bolsa alguns exemplares do seu livro e partia da rua Ipiranga, no bairro Floresta, para o corpo a corpo, invadindo os ambientes estudantis, as praças, bares e restaurantes, na capital e pelo interior do estado. Essa foi a largada. Teve uma breve passagem pela Prefeitura de Belo Horizonte, mas ali não era o seu habitat. Foi no jornal *ESTADO DE MINAS* que ele se realizou, ali sim, a sua casa, o seu Norte e o seu prumo. Consagrou-se no jornalismo, criou asas e deu vazão a todo o seu potencial literário, amadurecendo suas ideias, aprimorando os seus conceitos, com sucessivas publicações, algumas delas laureadas nacionalmente, reproduzidas no velho continente, acolhidas e distinguidas entre os nossos hermanos mais próximos. Vieram, num curto espaço de tempo, *Memórias da Sede*, *A Dança dos Cabelos*, *Sombras de Julho*, *Coração aos Pulsos*, *O Vestido*, *O Último Conhaque*, *Poltrona 27*.

Nesse ritmo frenético, trabalho e produção literária, ele jamais mudou o seu jeito de ser: sensível, amável, solidário, atencioso, dedicado à família, questionador e intransigente na sua linha de princípios e convicções. Não é homem de ostentações, saiu ao pai. Pessoa de fino trato, sabe lidar com o chefe e com o serviçal com iguais transparência e atenção.

É esse o Carlinhos que sempre nos encantou e se fez respeitado, entre nós, sobretudo entre os seus pares que com ele tomam assento numa outra academia. É sobre esse Carlinhos que eu ousou falar, com simples palavras, e sobre quem eu quero efetivamente falar. O Carlinhos da sua amada e fiel escudeira Dani, incansável hipocrática nascida em terras contíguas de São Miguel e Almas de Aricanga, que se desdobra, diuturnamente, nos cuidados infantis, dando um sopro de esperança e afeto aos pequeninos cujo sofrimento só pode ser entendido e minimizado na dimensão do amor de que se reveste esse autêntico sacerdócio.

Pois bem, dito isso, vamos aos fatos e relatos.

Perdi a conta dos nossos momentos compartilhados, quase sempre no ambiente familiar, sorrindo e brincando, jogando conversa fora, algumas vezes banhados em lágrimas na travessia de provações dilacerantes, a perda surpreendente dos entes mais queridos. É impagável, vocês não podem imaginar, uma noite ao redor do fogão a lenha, ou sentados em pequenos tamboretos em torno de uma grande mesa que acolhia um número infinito de pessoas, tamanho o carinho que dela brotava e nos envolvia, escutando os “casos” do Carlinhos, muitos deles por demais repetidos, mas sempre especiais na inovação do modo de contar, de representar. Ou então, as madrugadas adentro, num pequeno apartamento de uma acanhada rua do bairro Renascença, ou da pequena Itapemirim, no bairro da Serra, ao som de “*los Hermanos*”, “*Gracias a la vida*”, “*Los ejes de mi carreta*”, na voz inconfundível e caliente de Mercedes Sosa, ou no compasso da melodia de Violeta Parra, em “*Volver a los 17*”, que ouvíamos, repetidas vezes, e repetidas vezes explicados os seus versos em detalhes

“[...] a Chácara São Joaquim, no pequeno município de Coluna, no portal do Vale do Rio Doce, foi e sempre será o coração de Carlos Herculano, sítio da sua infância, da sua ativa e irrequieta juventude [...]”

“Um ser integrado ao seu ambiente de origem, com as raízes fincadas nas terras que protagonizaram, sob os olhos atentos do menino irrequieto, histórias de violência, atentados, mortes, disputas, intrigas, ódio, conchavos, resiliência, esperança, amor.”

pelo Carlinhos, que sabe tudo e um pouco mais da música dos povos latino-americanos, e seus mais gabaritados intérpretes. Cessada a música, vinham os poemas, não faltavam os versos do insuperável Atahualpa Yupanqui no magistral *Cantos Del Sur*, “...*andando de pago em pago...*”, seguidos das histórias que tangenciavam a saga de um tal Simon Bolívar e se acomodavam na bravura do mítico Guevara, tudo isso sem perder a ternura, jamais. Entre nós, quase que sempre, o amigo e conterrâneo, saudoso Adão Ventura, companheiro de muitas jornadas em memoráveis saraus, praticamente já integrado àquele núcleo familiar, nos brindando com os seus poemas que eram introduzidos, invariavelmente, pelo consagrado Negro Forro. Nesses momentos o Carlos Herculano se revela na sua intimidade com a diversidade da cultura dos povos latinos reportando-se a Garcia Marques, Mario Vargas Llosa, Borges, detendo-se em Guimarães Rosa para contar amiúde as histórias das Minas e das Gerais. Mas, não apenas nesses limites. Ele se revela também conhecedor profundo da nossa história, de norte a sul, desde Canudos até Farrapos, passando pelos chacos paraguaios e a terrível carnificina no confronto de Campo Grande que varreu do campo de batalha, impiedosamente, os infantes guaranis que sequer conseguiram segurar e manejar suas armas. Um ser integrado ao seu ambiente de origem, com as raízes fincadas nas terras que protagonizaram, sob os olhos atentos do menino irrequieto, histórias de violência, atentados, mortes, disputas, intrigas, ódio, conchavos, resiliência, esperança, amor. Capaz de dizer coisas simples, mas absolutamente lindas, pertinentes. O jeito todo seu de nos dar a conhecer uma certa Ângela que, como tantas outras mulheres da sua época, soube lidar com a perda, o abandono, a solidão, e o fardo de criar sozinha as filhas de um casamento desfeito (*O Vestido* – romance argumento para o filme de Paulo Thiago, baseado no poema “*Caso do Vestido*”, de Carlos Drummond de Andrade). Aqui, banhando em águas do magistral poema, um relato de foro íntimo desenvolvido pelo autor que se contrapõe ao cenário também árido e desolador do Vale do Jequitinhonha e os seus garimpos por onde se perdeu um certo Ulisses, seduzido pela mulher de cinturinha delgada, colo de camélia, olhos cintilantes. Reflexivo, Carlos Herculano se faz um questionador que procura desbravar rincões cerrados da memória, buscando acomodar no seu âmago a paz e a guerra, o amor e ódio, o desalento e a esperança. Nessa quadra é que eu me permito apoderar, sem o menor pudor, das palavras extraídas do preâmbulo de uma de suas crônicas, publicada no Caderno “*Fim de Semana*” do *ESTADO DE MINAS*, de 28 de agosto de 1994. O título da crônica é “*O Homem e o seu pai*”. Na minha modesta avaliação, de um insuspeito (?) leitor, das mais emblemáticas entre as quase 1.500 crônicas escritas pelo novo imortal. Uma sensibilidade a não mais poder, forjada na relação entre o pai e o seu filho, como que num acerto de contas entre os dois, sem cobranças materiais, simplesmente joeirando na bateia do correr da vida, apurando o amor que, não obstante as circunstâncias adversas de toda uma conjuntura de tempo e espaço, sempre esteve latente entre os dois. Eu leio sempre que posso essa crônica e me permito sugerir que todos leiam, notadamente quando se sente que é tempo e hora de repensar as coisas, repassar a nossa vida. Nessa crônica que sorvo a conta-gotas nos meus momentos de dúvidas e insegurança,

que não são raros nessa quadra da minha vida, o Homem nos fala da sua vida e das lembranças daquele sítio, suas raízes. Com certeza, quando o Homem fala do “mato sem fim da fazenda”, “da terra antiga”, ele está com o pensamento naquela Chácara, na varanda da entrada da casa, na paineira que não existe mais, no terreiro, no riacho que passava por detrás da cozinha, nas grotas dos Cardoso e Baú. A mesma que abrigava as sete moças lindas e formosas e, sobretudo, onde reinava a matriarca, a primeira entre as mulheres, uma incrível mulher além do seu tempo, que se chamava Iracema, mas que poderia ser chamada de Beja, Joaquina, Chica etc. Onde a autoridade paterna de um homem simples, discreto, íntegro, trabalhador, dava mostras da presença senhorial, quer pilotando um jipe amarelo, quer montando um cavalo baio e usando um chapéu Panamá, ou vestindo um guarda-pó branco: Fala o Homem: “...E veio-lhe à memória um cavalo baio, o seu pai com um chapéu Panamá, o sol muito forte e eles dois campeando grotas afora, no mato sem fim da fazenda. Veio-lhe também a lembrança de um jipe amarelo, de um guarda-pó branco que ele usava e dos seus passos fortes, decididos, anunciando - corredores adentro - que chegava para o almoço...” Essa cumplicidade entre pai e filho não emocionou apenas os dois personagens. A quem não emocionaria? O Homem não se contenta: “...Mas vivem um tempo presente: fazem caminhadas juntos, conversam, vão à Praça Sete, tomam cafezinho no Nice, falam sobre o tempo, a política, o futebol. E às vezes também – e porque não? – eles costumam recordar – e já não disfarçam a emoção – do cavalo baio, do guarda-pó branco, do mato sem fim e de outras histórias que viveram juntos e que, com toda a certeza, eram bem mais bonitas que a de Robinson Crusóé”.

No correr da pena, como diriam os antigos, Carlos Herculano sempre colocou em destaque as experiências vividas em ambientes que ele conheceu profundamente e que estão emoldurados de forma inexorável no seu jeito de ser, de falar, de abraçar, de questionar, de sofrer, de amar. Se somos coadjuvantes nesse cenário, se somos parte dessa história, não sei dizer. Mas é certo que podemos testemunhar que o novo imortal da Academia Mineira de Letras (AML), tomando assento entre os amigos Antenor e Giffoni, abençoado pelo evangelista e protegido pela Nhá Chica, desde quando se acomodou na boleia de um velho caminhão dirigido pelo seu tio Almerindo, numa manhã chuvosa de um dia perdido no tempo, sabia que estava deixando para trás o solo sagrado, a sua junta de carneirinhos, o seu cavalo baio, seus amigos e parceiros no jogo de bola de gude, correndo atrás do papagaio que se embrenhava entre as nuvens, o seu Grupo Escolar Professora Heroína Torres, para conhecer e desbravar o mundo. Não houve um rompimento, definitivamente. Foi dado um tempo, um breve tempo. E o fez muito bem, e de forma exitosa, em viagens incríveis, sempre ele no comando, como numa cavalgada, montado num cavalo baio, deixando para trás o pico da Coluninha, passando pela Serra dos Gaviões, Espinhaço adentro, varando a serra do Cipó, e por aí vai... afinal, ao contrário do que se diz por aí, não seria o mundo maior do que o quintal da nossa casa?

“Nessa crônica que sorvo a conta-gotas nos meus momentos de dúvidas e insegurança, que não são raros nessa quadra da minha vida, o Homem nos fala da sua vida e das lembranças daquele sítio, suas raízes.”



Três minicontos selecionados*

Carlos Herculano Lopes

Escritor e jornalista, ocupante da cadeira 37 da Academia Mineira de Letras, integrou o Conselho Editorial de MagisCultura.

O encontro

Os seus cabelos eram negros e compridos; os lábios carnudos e os dentes amarelados. Conheci-a por acaso nos muros de uma igreja onde à noite, tocando violão ou olhando para a lua, as pessoas costumavam ficar. Estivemos mais em silêncio do que falamos. Ela fumou vários cigarros, tossia sem parar e às vezes me olhava. Daí a algum tempo disse-me que estava cansada e queria ir andando. Então acompanhei-a até a sua pousada, que ficava de frente para o mar, junto a umas velhas mangueiras. Quando me preparava para despedir, ela me convidou para entrar, mais com gestos do que palavras. Abriu uma garrafa de vinho e disse para eu ir bebendo, enquanto ela tomava banho. Depois, ainda com os cabelos molhados, falou-me um pouco da sua vida, de alguns de seus planos e de uma filha, que morava longe. Horas mais tarde os nossos corpos, quentes pela lua e a bebida, se entregaram.

A viagem

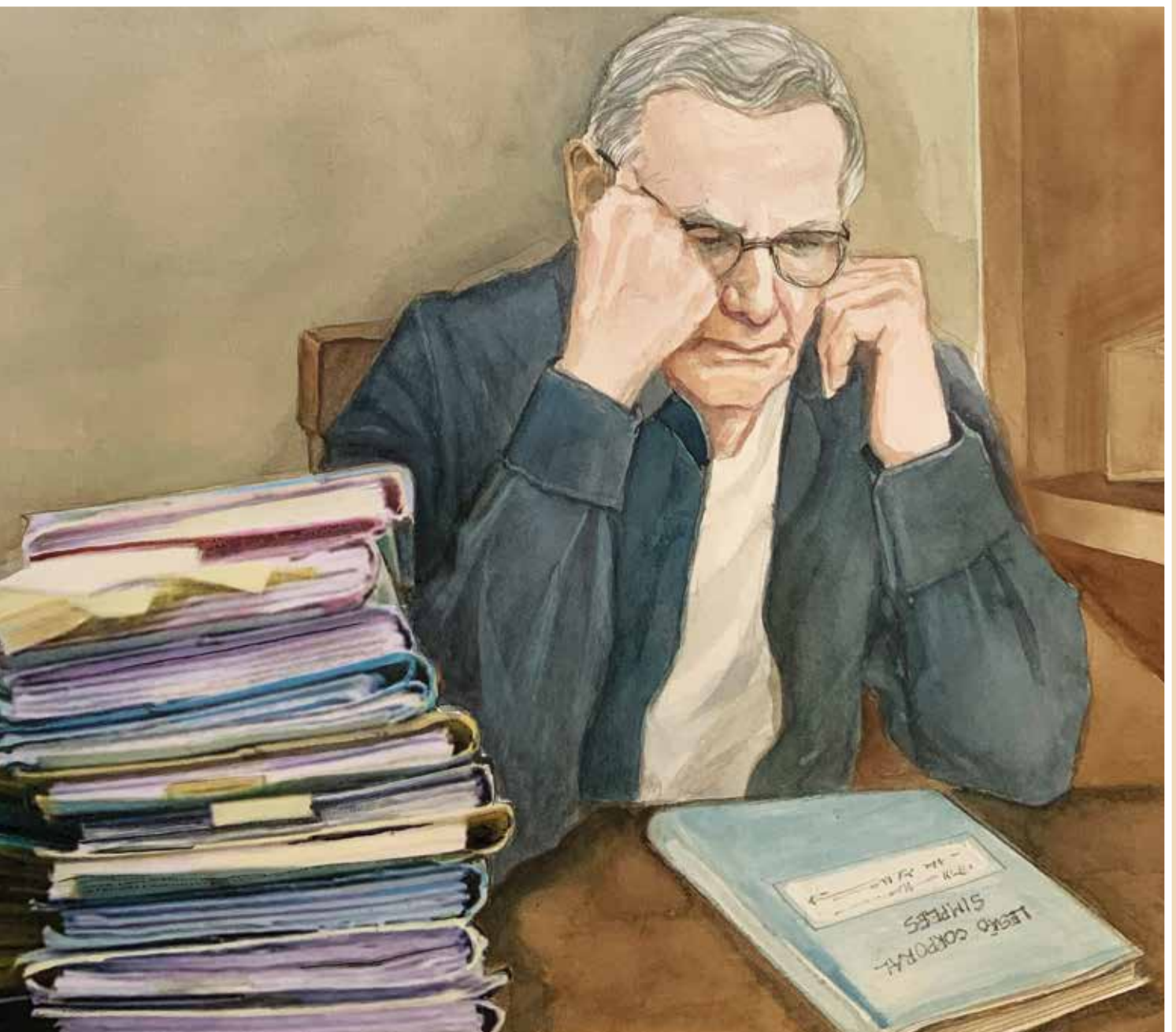
Na minha cidade, um homem, José Antônio, dizia que não tinha medo da morte. Repetia isto em casa, para a sua mulher; nas praças, para os amigos; nos bares, para os bêbados, ou a si mesmo, com medo de se esquecer. No dia em que ela chegou, em pleno calor de dezembro, a notícia correu rápido. A morte era pálida, montava um cavalo manco, vestia-se de azul e espalhava o pânico. Mas o homem, José Antônio, não se fez de rogado; convidou-a para entrar, quando esta, delicadamente, bateu à sua porta. Assentaram-se na sala, olharam-se nos olhos e entabularam conversa, como velhos amigos. Horas e horas mais tarde, entre tragos, ele pediu à mulher que lhe passasse o terno; ao vaqueiro, que lhe arreasse a besta. Com o amanhecer seguiram viagem.

“No dia em que ela chegou, em pleno calor de dezembro, a notícia correu rápido. A morte era pálida, montava um cavalo manco, vestia-se de azul e espalhava o pânico.”

A casualidade

Em uma madrugada, quase de manhã, um rapaz ainda jovem, entrando nos seus vinte e cinco anos, pegou um táxi. Resultou que ele, calado por índole ou costume, estava voltando de uma festa na qual, entre amigos, havia tomado umas cervejas. Talvez só isto, a sensação de estar alegre, o tenha feito puxar conversa. Era muito reservado com estranhos. Por sua vez, o motorista, acostumado a ouvir, deixou que ele falasse. Aquele diálogo, provavelmente, não passaria de um a mais dos tantos que se travavam noite adentro, se de repente o rapaz - sabe-se lá por que - não houvesse confessado que era de Santa Marta, onde, quando criança, um tal de Jardel havia matado o seu pai. O motorista, que até então ouvia em silêncio, sem prestar muita atenção, sentiu um calafrio, um leve tremor nos lábios e o volante vacilou, enquanto voltavam à sua memória cenas de um crime que ele tentava esquecer.

* Extraídos do livro “Coração aos pulos”, Editora Record.



Capas adiantadas

Renato César Jardim

Juiz de Direito do TJMG, aposentado

Alcebíades faz parte do extenso rol dos ansiosos habitantes deste planeta. Não pela agitação de uma vida de grande centro. Vive na pacata cidade de Calmaria. Escrivão no fórum, o seu honroso cargo é tido em grande estima pela comunidade. É um dos poucos a ter acesso direto ao juiz.

Os ansiosos costumam ter comportamentos antecipatórios. Incluo-me também nesse rol. É a descarga acionada antes do xixi terminar, a retirada do cinto de segurança uma quadra antes de chegar em casa, coisas desse quilate.

Na qualidade de escrivão, Alcebíades recebe os inquéritos policiais encaminhados pelo delegado. Normalmente, as peças inquisitoriais revelam crimes de pequeno potencial ofensivo. Ameaças, desacatos, contravenções penais. De quando em vez, digamos, de dez em dez anos, recebe um inquérito de homicídio. A sua comarca é a mais pacata de Minas Gerais.

A cada peça recebida da delegacia, o escrivão a lê com atenção. Decifra a conduta típica a ser descrita na denúncia pelo promotor. Em verdade, após a remessa dos autos do inquérito ao Ministério Público, o seu representante oferece a denúncia, capitulando nela o crime objeto da ação penal.

Alcebíades não é bacharel em Direito, mas um rábula, digamos assim. Seu tirocínio, frutificado em anos de dedicado trabalho ao Poder Judiciário de Calmaria, se sobrepõe ao dos muitos advogados militantes no foro local. Nos idos em que entrou para o serviço forense, era comum a ascensão a cargos públicos por apadrinhamentos políticos, sem a exigência da qualificação de nível superior, presumivelmente necessária para o exercício das funções então solapadas dos bacharéis.

Por isso proliferavam os delegados “*calça curta*”, aqueles que davam a voz de prisão com a expressão “*teje preso*”, ou que indiciavam uma vaca por ter invadido a cerca da fazenda de um correligionário.

Mas incompetente Alcebíades não é. Ao contrário, servidor exemplar. Mantém nas relações um comportamento ético e de espírito público sem igual. Zela integralmente para evitar desperdício de material: tinta, papel, clips, borracha e tudo mais do patrimônio público.

Entretanto, uma de suas qualidades se sobrepõe às demais. Não deixa para amanhã o que pode ser feito hoje. Adianta todo o serviço. É a tal ansiedade.

Um inquérito chega da delegacia e é encaminhado imediatamente para o promotor oferecer a denúncia. Na verdade, não é enviado antes de uma detida leitura no relatório da autoridade policial. O amanuense procura sempre decifrar qual é o crime cometido pelo indiciado. Faz isso para adiantar os dados da capa do processo, antes mesmo de a denúncia ser apresentada pelo promotor. Nomes do réu e da vítima, tipo do crime, enquadramento legal, dentre outros. Tudo escrito à mão.

Se o delegado envia um inquérito de crime de furto, o escri-

vão lê a peça, encaminha ao Ministério Público e já adianta a capa do processo: Ação Penal nº 324/1962. Réu: Antônio Felisbino da Silva. Vítima: João Carlos dos Santos. Crime: Furto qualificado.

A denúncia chega e nela vem descrito exatamente o crime de furto qualificado, com a indicação exata do artigo do Código Penal aplicável ao caso, tudo nos exatos termos da capa previamente preenchida. Se o crime for cometido mediante o concurso de duas ou mais pessoas, a conclusão lógica de sua tipificação é a de furto qualificado. O escrivão acerta todas.

E assim são as capas abelhudas: Homicídio triplamente qualificado; atentado violento ao pudor; dano qualificado, dentre outros vários tipos penais. Alcebíades não erra uma. Mas sente certa ansiedade, perder uma capa de processo caso venha a cometer um equívoco. Um desperdício. Ainda mais com a recomendação do Corregedor-Geral de Justiça voltada à economia de material, sob pena de configuração de infração administrativa.

Mas tudo segue nos conformes de sempre. É tiro e queda. Inquérito, capa previamente preenchida e denúncia nos exatos termos da capa.

O nome Alcebíades Marques Braga será lembrado por muitos anos nos anais da Justiça. Afinal, a obra immortaliza o nome. O escrivão está na beira da aposentadoria compulsória, ou expulsória. Macambuzia só em pensar nisso.

Mas, voltando ao assunto das capas adiantadas, devo lembrar de uma falha acontecida no passado. Dela Alcebíades não apetece lembrar. Mas em respeito ao leitor, devo revelá-la, mesmo porque foi consertada a tempo. O escrivão recebeu um inquérito de suposto crime de lesão corporal. Leu, analisou os fatos e colocou na capa previamente preenchida todos os dados necessários. Quanto ao crime, fez consignar: Lesão corporal simples.

A lesão corporal simples era um crime de menor gravidade. Mas existiam também os crimes de lesão corporal grave e lesão corporal gravíssima.

No entanto, ali estava fácil. As agressões não passaram de dois tapas no rosto da vítima, sem maiores sequelas.

Veio então a denúncia e o crime apontado pelo promotor: Lesão corporal grave.

Mas na capa já estava constando lesão corporal simples. Afligiu-se o escrivão. Errara pela primeira vez ou fora o promotor? – questionava. E a capa? Iria perder uma capa? Ficou calado.

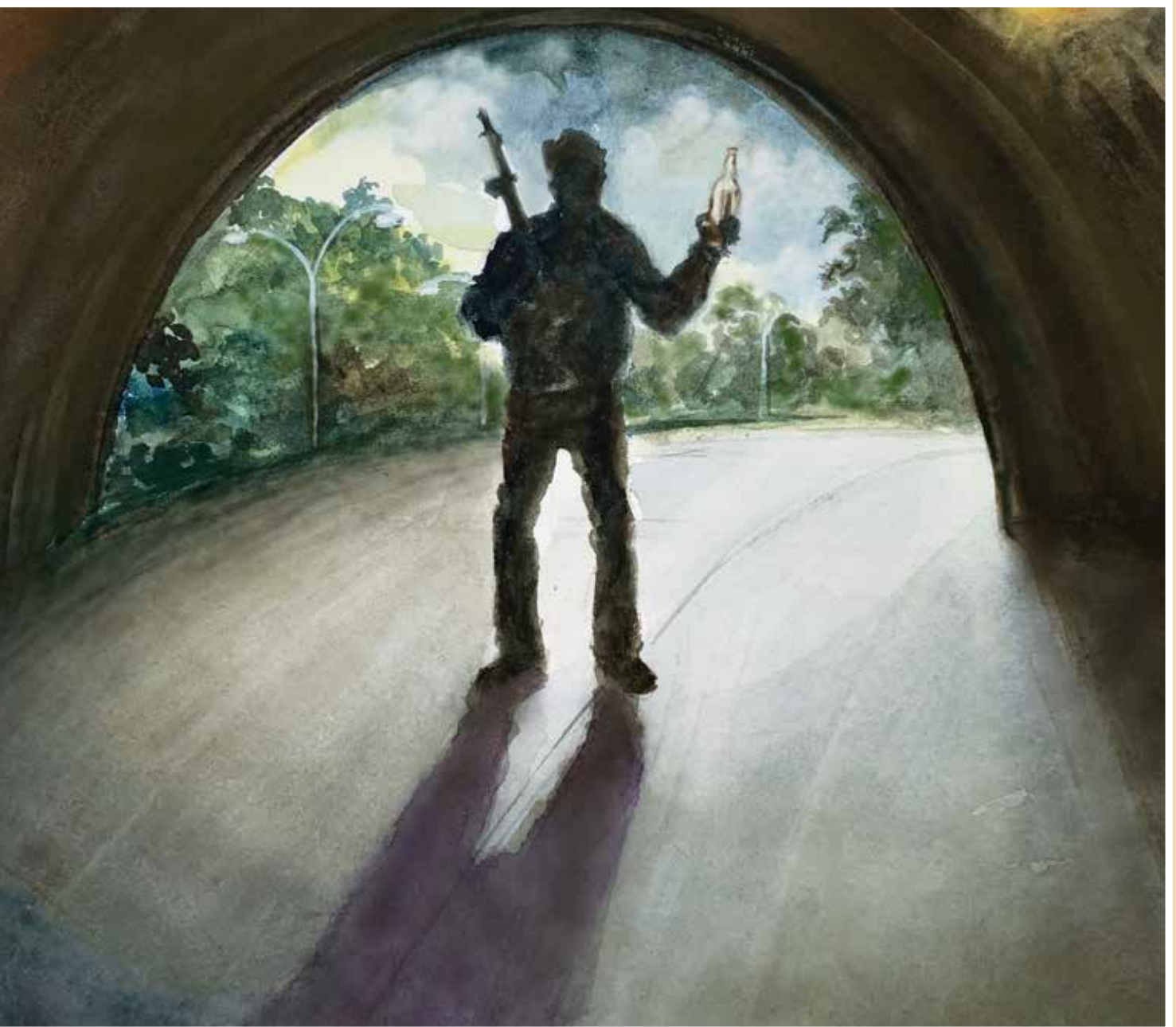
Pensou consigo: – *Calma nessa hora, Alcebíades!*

Era uma situação de atormentadora ânsia.

E o tirocínio? Era o momento de fazê-lo funcionar.

E não deu outra.

O processo continuou com a mesma capa. Apenas uma pequena emenda, com a extensão de uma palavra. Onde lia-se “*lesão corporal simples*”, passou-se a ler “*lesão corporal simplesmente grave*”.



O túnel

Carlos Roberto Loiola

Juiz de Direito do TJMG, aposentado

Naquela madrugada de final de dezembro o coronel Bacamarte olhou para as bolinhas coloridas da pequena árvore de Natal no canto da sala com a mesma admiração de quando era ainda criança, em Itaguaí, e se recordou com ternura da família reunida no grande casarão de cinquenta janelas, antes da ceia e da distribuição dos presentes. De todos os eventos importantes por que passou pela vida inteira não se recordava agora de nenhum que o tenha tocado mais profundamente na alma como aquelas noites de 24 de dezembro, no casarão de Itaguaí.

Mas agora, tantos anos percorridos, a memória sempre a lhe pregar peças entre recordações e a cruel realidade do presente, estava só, na sala de seu pequeno apartamento, absorvido e perdido no tempo em que se viu metido numa emboscada, naquele túnel. Já havia colocado sua farda de serviço de coronel artilheiro, mas não trazia o coldre com sua pistola Glock 9mm, companheira de tantos anos, pois que não mais a possuía, mas a espada de oficial de artilharia, com bainha de prata e adquirida num antiquário de Paris a empunhava com galhardia e destemida bravura.

Tinha as mãos trêmulas não por covardia ou alguma doença, mas pela dúvida que lhe assombrou ao sair da cama, ainda de madrugada, por não se recordar do desfecho daquela empreitada em que se metera, décadas passadas, diante da iminência de sofrer um assalto e ter que entregar aos bandidos que o emboscaram no túnel todo o numerário que carregava no malote do exército. Virou-se para a cômoda da sala e procurou nos inúmeros porta-retratos algum resquício de informação que pudesse avivar suas lembranças, mas nem mesmo a fotografia de Alexandre Magno, seu primogênito, cujo nome foi escolhido em homenagem ao maior militar de todos os tempos, nem ela conseguiu trazer-lhe a lembrança que almejava.

Virou-se novamente para a pequena árvore de Natal no canto da cômoda e se lembrou, contudo, dos tempos de menino, em que, ao contrário de muitas crianças e de suas primas, não gostava das bolas vermelhas de cristal que enfeitavam a enorme árvore de Natal do casarão de Itaguaí, apesar de que eram sempre delicadamente amarradas com laços de seda dourada. Por nunca ter visto até então nenhuma árvore capaz de produzir frutos vermelhos, apenas os monótonos limoeiros e laranjeiras do sítio de sua avó, seu aguçado raciocínio lógico o impelia a julgar que também a árvore de Natal somente poderia ter bolas verdes e amarelas. Às vezes, quando menino e se via sozinho diante da enorme árvore, não conseguia frear seu ímpeto de retirar as bolas vermelhas dos locais mais visíveis e escondê-las do outro lado da árvore, trazendo as verdes e amarelas para os pontos mais visíveis. Sempre foi assim, até completar seus dez anos, quando finalmente ficou

conhecendo sua famosa tia Brigitte, que havia acabado de retornar da França, onde era famosa cantora de cabaré e dela ganhou uma maçã, trazida desde o Rio de Janeiro, fruta que julgava existir apenas nos contos de fadas e que até então nenhuma criança de Itaguaí havia sequer colocado os olhos.

Curiosamente, ao se recordar desses momentos da longínqua infância, agora no seu pequeno apartamento da Praça João Pinheiro, em Pouso Alegre, resolveu trocar sua angústia brincando novamente de colocar as bolinhas vermelhas da pequena árvore de Natal sobre a velha cômoda viradas para a parede, tal como fazia na infância, e as verdes e amarelas nos locais mais visíveis. Mas, faltou-lhe agora a destreza dos tempos incríveis e a pequena árvore se espatifou no chão da sala.

Ermelinda ouviu da cozinha o barulho na sala e foi ver o que lá acontecia. Encontrou o coronel Bacamarte em pé, fardado e com a espada francesa em punho, se apoiando com a mão esquerda na cômoda, paralisado, olhos tristes e perdidos, mirados para a árvore de Natal destruída sobre o taco de madeira. Percebeu em seu semblante um sentimento de enorme culpa pelo acontecido e sua total impotência para recolocar as coisas em seu devido lugar.

– O que aconteceu, meu amor? – perguntou ela para seu companheiro de mais de setenta anos de jornada conjugal.

Ele a fitou consternado pelo que havia causado. Não conseguia justificar a si próprio, um oficial de artilharia de tantos feitos, não era capaz, agora, sequer de segurar uma pequena árvore de Natal. Como justificar isso para sua amada Ermelinda? Reconhecer sua incapacidade para os atos mais simples da vida, ele que sempre se gabou de tantos feitos heroicos, como desbravar o pantanal num Jeep Willys 1951 e a selva amazônica de tantos perigos em canoas yanomamis. Mirou o chão e disse apenas com os olhos que se sentia impotente para colocar tudo no lugar. Ela logo percebeu seu medo de se agachar e sofrer alguma tontura, como já havia se tornado costume.

– Não te vexes, meu querido Stanislaw; a moça logo vem e coloca tudo no lugar. Vem tomar café que eu acabei de passar, pois você me acordou ao sair da cama tão cedo. A moça já vem.

O convite e as palavras reconfortantes de sua doce Ermelinda o animaram a revelar os reais motivos de sua amargura naquele momento, mesmo distante do tempo e do local onde o Alzheimer o fazia imaginar estar.

– Ontem, Ermelinda, depois que eu deixei nossa casa de Itaguaí, eu passei naquele túnel na beira da lagoa e percebi que havia deixado minha Glock 9mm em casa. Eu estava com o malote de lona com o dinheiro que havia sacado no Banco do Brasil, para pagamento dos soldos dos recrutas, mas só então dei conta de que minha pistola eu havia esquecido em casa.

“Depois eu fui até aquela agência do Banco do Brasil, lá da Atlântica, e de lá saí alguns minutos depois com o malote de dinheiro e entrei naquele Opala preto, chapa branca, que tinha sido de um comunista preso [...]”

Ermelinda, já acostumada com as novas e tortuosas aventuras militares de seu amado Stanislav deu-lhe ouvidos e aproximou-se dele, colocando as mãos suavemente em seu ombro e depois, acariciando-lhe no pescoço como costumava fazer desde os tempos de namoro, reforçou o convite para o café. Ele se sentiu seguro e continuou:

– Nem meu coldre eu carregava, minha linda. Por que será? Onde eu deixei minha Glock?

E continuou ele:

– Curioso, Ermelinda, que eu passei em frente ao prédio da Petrobrás e havia muito movimento por lá, muita gente entrando e saindo com enormes malas nas mãos, como eu nunca tinha visto. Depois eu fui até aquela agência do Banco do Brasil, lá da Atlântica, e de lá saí alguns minutos depois com o malote de dinheiro e entrei naquele Opala preto, chapa branca, que tinha sido de um comunista preso em Niterói, mas encontrado abandonado próximo de um cemitério, acho, pelo aspirante Machado. O cabo Vilas Boas estava de motorista e ao lado dele o cabo Rosário estava armado com uma metralhadora. Nós passamos pelo Copacabana Palace, onde eu até avistei aquele pustulão arrogante do Bryan só de calção, estafado e correndo atrás de garotos que pareciam ter acabado de sair do banho de mar, mas quando entramos no túnel eu reparei algo estranho. Tudo ficou deserto de uma hora para outra, nenhum outro veículo em nenhum sentido, tudo vazio, só nós por ali.

Ermelinda afastou cuidadosamente com sua pantufa de pele de coelhos alguns cacos de bolas de Natal espalhados pelo chão e reforçou seu convite ao esposo confuso. Mas ele insistiu, como fazia nos tempos da perdida lucidez, em tecer longos comentários às suas aventuras e feitos militares.

– Na verdade, minha linda, eu logo percebi que havia um ladrão, logo à frente, bloqueando a saída do túnel. Pressenti uma tremenda emboscada. Eu ordenei ao cabo Vilas Boas que parasse o veículo, mas então percebi que estava ali sozinho, a pé, sem minha Glock, apenas com o malote de dinheiro com o soldo de todos os recrutas da Primeira Bateria de Obuses.

A esposa fez sinal de interesse pelo novo caso, embora nunca tivesse sabido de algo semelhante na carreira do coronel.

– Eu prestei atenção no bandido à frente. Era um sujeito pé-de-cão, barba por fazer, estava calçando apenas chineli-nhos de dedos, só de calção e camiseta, com um boné vermelho sujo e aparentava mesmo estar muito bêbado. Na mão direita tinha uma garrafa de *Old Eight* e na esquerda uma metralhadora Beretta M9, carregada ao ombro numa bandoleira caqui.

Ermelinda mais se espantou de tantos detalhes, mormente daquele rico vocabulário, pois há tempos seu amado esposo se esquecia dos nomes das coisas mais corriqueiras, seus antigos amigos de caserna, de parentes próximos e até o dela. Continuou a acariciar seu pescoço na esperança de acalmá-lo da visível angústia. Ele prosseguiu:

– Sujeito repugnante, arrogante, cheio de soberba, esse de quem estou falando. Você precisava ver, minha linda. Me lembrei daquele ministro que apareceu na televisão, outro dia, chamando esse sujeitinho de Ali Babá, afirmando que ele não passava de líder dos quarenta ladrões, arrombava os cofres públicos, dos bancos e até da Petrobrás, e que não merecia respeito ou consideração de ninguém.

Bacamarte fez uma pausa ao perceber o espanto de sua amada esposa com tantos detalhes, mas logo continuou sua narrativa:

– Aquele bandido vagabundo deixou a Beretta M9 repousar na bandoleira ao ombro e levantou a mão esquerda, anunciando um assalto. O túnel estava escuro e uma forte luz vinha por detrás daquele sujeito repugnante e asqueroso. Minha visão se embaralhou com aquela luz e eu nem consegui ver todos os dedos da mão daquele malacafento, contra a luz, quando ele a levantou e anunciou o assalto.

Ermelinda continuou acariciando o pescoço de seu coronel, agora ainda mais espantada. Percebia em suas palavras um misto entre confusões que a doença infligia ao seu esposo nos últimos anos e sua aguçada lucidez e valentia dos tempos de outrora.

– Ao me virar, para tentar um recuo pelo outro lado do túnel, já que eu estava desarmado, de repente vi se aproximar uma enorme motocicleta Zundapp KS 750, preta, 1970, com uma metralhadora MG42 instalada à sua frente. Na moto estava outro sujeitinho mais repugnante ainda, daqueles que o general Golbery teria a maior satisfação em dar-lhe um grande chute na bunda; baixinho, barrigudo e cheirando a excrementos, usando um jaquetão de couro preto cheio de caveiras, águias e imitações baratas de suásticas nazistas. Mesmo aspecto daqueles comunistas e enganadores referidos pelo Figueiredo, ainda outro dia, nada diferente do Ali Babá das Arábias.

Ermelinda logo fez a ligação entre as narrativas que seu amado Stanislaw fazia com as conclusões que sua mente confusa havia chegado, durante o sono daquela noite em que saiu da cama tão cedo, pois na véspera seu amado esposo havia ficado até tarde da noite assistindo a uma reportagem com a retrospectiva dos principais fatos do ano, pela televisão, quando viu muitas cenas da campanha eleitoral e do debate entre os dois candidatos. E carinhosa concluiu:

– Isso foi só um pesadelo, meu amor. Só um pesadelo. Vamos lá tomar café. A moça logo vem para cuidar de nós e arrumar a casa.

“Na mão direita tinha uma garrafa de Old Eight e na esquerda uma metralhadora Beretta M9, carregada ao ombro numa bandoleira caqui.”



Minas reconhece sua cozinha como patrimônio cultural

Manoel Marcos Guimarães
Jornalista, editor de *MagisCultura*

“**A** vida é assim mesmo:
ao lado do ideal,
um prato de torresmo.”

Ditado diamantinense, citado por Aires da Mata Machado Filho, em *“Dias e noites em Diamantina”* (Edição do autor, 1972)

A existência, hoje, de uma cozinha tipicamente mineira, consolidada como tal, deve muito, quase tudo, às cozinheiras que povoavam nossas fazendas coloniais e que aprenderam, reproduziram e aperfeiçoaram receitas de pratos trazidos pelos colonizadores portugueses e daqueles que alimentavam os indígenas originários e os negros da África escravizados.

Mas a preservação dessas receitas, fazendo com que elas atravessassem os séculos e chegassem até nós é mérito indiscutível de nossas trisavós, bisavós e avós, pelo zelo que tiveram em registrar tais receitas, quase sempre com letras bem desenhadas, em cadernos deixados de herança para filhas, netas e bisnetas.

É somente na segunda metade do século XX que surgem as primeiras tentativas de transpor as ‘receitas de vó’, que apareciam de modo disperso em obras literárias, para publicações específicas. Esse movimento se amplia e se consolida já na passagem para o século XXI, com a edição de dois livros seminais: *“História da arte da cozinha mineira por Dona Lucinha”*, no ano 2000, da própria Dona Lucinha e sua filha Márcia Clementino Nunes; e *“Minas de forno e fogão”*, em 2002, de Maria Stella Libânio Christo.

Depois disso – e ainda hoje – os canais de TV, as redes sociais e o ‘streaming’ se encarregaram, até com certo exagero e muitas distorções, de disseminar mundo afora as maravilhas da ‘cozinha mineira’ para gaudío de ‘chefs’ que se arvoram, nos muitos concursos, em fazer ‘releituras’, em ‘modernizar’ a tradicional comida mineira e até mesmo em fazer a ‘nouvelle cuisine’ mineira.

O principal marco físico para a consolidação da cozinha mineira como tal, fiel às raízes, foi, sem dúvida, a ousadia de Maria Lúcia Clementino Nunes em deixar o seu Serro natal e rumar para Belo Horizonte, para inaugurar em plena Savassi, bairro nobre da capital do estado, o Restaurante Dona Lucinha e oferecer a uma clientela sofisticada uma comida ‘do mato’, simples, como canjiquinha com costela, carne seca, angu, couve, ora pro nobis e feijão de tropeiro, entre outros pratos.

Reconhecimento oficial

O reconhecimento oficial da cozinha mineira como *“patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais”* veio em julho de 2023, com o *‘registro dos sistemas culinários do milho e da mandioca’*, a partir de amplo dossiê elaborado desde 2019 pelo Instituto Periférico, juntamente com o Iepha, para subsidiar a deliberação do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (Conep).

A deliberação teve como objetivo *“o reconhecimento e a valorização de saberes e práticas desenvolvidos pelos povos originários e tradicionais, como as comunidades indígenas e negras”*, cuja contribuição *“foi essencial para que a mandioca e o milho constituíssem alguns dos pilares que sustentam a cozinha mineira”*.

O registro como *“bem cultural imaterial”* é similar ao *“tombamento”* e objetiva garantir a esses bens a proteção pelo poder público, em função de seu valor histórico, artístico, estético, afetivo, simbólico, dentre outros.

Os saberes ligados ao milho e à mandioca são o primeiro sistema culinário a receber essa proteção, mas antes, em agosto de 2002, o modo de fazer o queijo artesanal da região do Serro também já havia recebido tal reconhecimento, de forma pioneira no Brasil.

“O registro como ‘bem cultural imaterial’ é similar ao ‘tombamento’ e objetiva garantir a esses bens a proteção pelo poder público.”

“Foi a partir da fome dos primeiros tempos que se formou em Minas essa cozinha típica, com tamanha diversidade de pratos: feita com indescritível criatividade, temperada com sabedoria e toques de magia.”

No parecer que subsidiou a decisão do Conep, o arquiteto e professor Flávio de Lemos Carsalade, que representa a UFMG no Conselho, afirma que “*nossa culinária já é patrimônio cultural*” e que a missão dos conselheiros seria apenas a de ratificar a ‘*vox populi*’. Ele argumentou, todavia, que caberia ao Conep, naquele momento, “*uma tomada de posição a favor de um modelo de civilização que reconheça a diversidade das contribuições; a importância do feminino, do africano e dos povos originários em nossa cultura e sua efetiva proteção; a luta a favor da livre circulação dos produtos tradicionais de nossa gente; a crítica a uma exploração predadora da terra*”.

Fonte: www.iepha.mg.gov.br

Os pratos da cozinha

Mas quais são os pratos que podem (e devem) ser considerados como típicos da tradicional cozinha mineira?

Eduardo Frieiro, no clássico livro *Feijão, angu e couve*, registra uma série de cardápios apresentados em restaurantes e eventos oficiais como tipicamente mineiros, alguns sem qualquer razão para tal, por incluírem até o ‘filet’, em inglês mesmo. Ao final, diz ele, “*apontam-se, propriamente, como pratos típicos de Minas o tutu de feijão com torresmos (ou linguiça), o lombo de porco assado e a couve fina. Acrescente-se ainda a galinha de molho pardo com angu e quiabo*.” Ele próprio faz a ressalva de que tais pratos são “*considerados geralmente mineiros, sem serem, entretanto, exclusivos de Minas*”.

Márcia Clementino Nunes, historiadora, filha de Dona Lucinha, critica a extensão muito ‘generosa’ do conceito de comida mineira pelo mercado, lembrando até que já houve o caso de um restaurante da capital ganhar um concurso de cozinha mineira tendo como prato principal o ‘arroz à piemontese’.

No livro que escreveu junto com a mãe, ela narra as dificuldades enfrentadas pelos colonizadores e pelos negros escravizados para se alimentarem e diz que “*foi a partir da fome dos primeiros tempos que se formou em Minas essa cozinha típica, com tamanha diversidade de pratos: feita com indescritível criatividade, temperada com sabedoria e toques de magia. A abundante cozinha típica mineira surgiu da fome*”.

Para efeito didático, ela divide a cozinha tradicional mineira em dois grupos: a cozinha ‘da fazenda’ e a ‘do tropeiro’. A da fazenda porque feita com os produtos disponíveis com alguma facilidade em torno da morada: o porco (mais do que a galinha), o milho, as folhas, as verduras e frutos comestíveis disponíveis na natureza ou plantados. A do tropeiro, porque tinha que ser uma comida seca, sem molhos, preparada para enfrentar longos trajetos, em que não se poderiam encontrar facilidades para providenciar alimentação da tropa: é daí a origem do ‘feijão de tropeiro’. Sua base era a mandioca e a carne de lata.

O sal era usado com parcimônia, pelo difícil acesso e alto preço, e um dos ingredientes indispensáveis no tempero dos pratos, para dar cor e sabor, era o urucum. Márcia, aliás, diz que a mãe considerava uma ‘heresia’ a utilização de molho de tomate no tutu de feijão, substituindo o urucum.

O fato é que, ainda que permaneçam o debate e as divergências, a cozinha tradicional mineira se concentra basicamente em derivações do tutu de feijão com carne de porco (lombo,

linguiça, torresmo, pernil) e couve; da galinha e suas combinações (com quiabo, ora pro nobis ou cambuquira, ao molho pardo); o arroz; e dos derivados do milho e da mandioca, como o tradicionalíssimo angu, os biscoitos, as farinhas e quitandas.

O pão de queijo e a história

A receita do pão de queijo tem um passado glorioso, que dialoga com a história, segundo Márcia Nunes.

“Primeiro era só o polvilho escaldado, sem queijo, sem ovo. Faz aquela massa e frita. Depois com a oferta do ovo, tem o biscoito papa-ovo. Não tem queijo. Aí já tem forno para assar. Aí começa a pôr leite naquela receita e faz o biscoito de goma. Enrola em meia lua, enrola redondo, enrola comprido, enrola para criança fazer bonequinho, criatividade (a escassez é fértil para a criatividade).

Com a abundância de leite, começa a aparecer o queijo na receita. Não se pode dizer que seja uma receita mineira. Existe, por exemplo, na região dos Andes.

“Agora, como você faz o pão de queijo. Primeiro, você põe o polvilho e escalda a massa com gordura, água e sal. Sovou, pinga leite. Vai sovando e pingando leite. Quando a massa está no ponto, acrescenta o queijo, por último.

“Eu adoro falar do pão de queijo porque ele tem movimentos de mão que são de uma importância antropológica: em primeiro lugar, você espalma a massa; em seguida, ela tem que ser toda esfarinhada, na hora que você vai pingando leite e pondo os ovos.

“Aí, você sova, é o punho que trabalha. E só no final quando põe o queijo, como se ele fosse sagrado, o ‘gran finale’, você não deve mais sovar.

“Depois do queijo, a massa tem que ser misturada com as pontas dos dedos. Mamãe dizia: se você sova o queijo, você tira a ‘catapora’ dele; e ele precisa aparecer.

“A receita é linda porque ela tem esse diálogo com a história.”

“Eu adoro falar do pão de queijo porque ele tem movimentos de mão que são de uma importância antropológica: em primeiro lugar, você espalma a massa; em seguida, ela tem que ser toda esfarinhada, na hora que você vai pingando leite e pondo os ovos.”

Do fogão à Academia, sem avental

Cantada em prosa, verso e música, celebrada nas festas religiosas e em grandes salões, a cozinha mineira tem também seu lugar na Academia, onde, de uns tempos para cá, vem sendo pesquisada e analisada com maior ênfase, dando origem a teses e outros estudos.

Recentemente, foi compilada em verbete para o *Glossário MinasMundo* (Relicário Edições, 2024, / www.relicarioedicoes.com), publicação resultante de projeto que, durante quatro anos, reuniu dezenas de pesquisadoras e pesquisadores, de várias partes do país, para *'elaborar e questionar a ideia do cosmopolitismo na cultura brasileira'*, por meio de uma agenda de atividades regulares, como seminários, festivais de conhecimento e literários, mesas-redondas, simpósios e publicações, entre outras. O *Glossário* contém 72 verbetes sobre personalidades, acontecimentos e outros temas relacionados à cultura mineira, um dos quais é a *"Mesa mineira"*.

No verbete, o professor José Newton Meneses, do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, escreve:

A mesa dos mineiros narra Minas, vasculha seu quintal e deseja o que ele não tem. Com o fogo da cozinha, sequência complementar das hortas, a comida mineira se constrói e denota, em sua história, a cultura dos mineiros. [...]

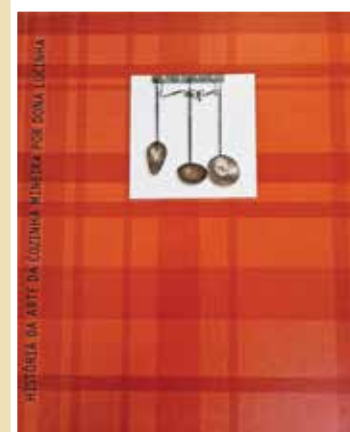
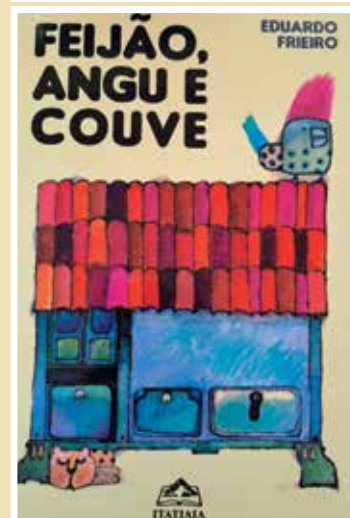
Práticas, gostos e costumes alimentares erigidos, desde o período colonial, em área de sertão-fronteira e no diálogo entre as culturas originárias dos indígenas, dos povos vindos da África escravizados e seus descendentes nascidos na terra, bem como dos colonizadores chegados das zonas do norte português. Mas, Minas, ainda, se abriu para outros tantos diálogos e sua cozinha cosmopolita se forjou nessa encruzilhada.

[...] A comida mineira é linguagem a expressar relações sociais, pertencas, práticas, valores e identidades. E narra Minas. [...] ... e, no nosso caso, a mesa, a cozinha e a comida narram uma MinasMundo.

Mais recentemente ainda, em junho deste ano, a cozinha mineira foi parar na banca de exame para a titularidade da professora Fabiana de Menezes Soares na Faculdade de Direito da UFMG. Ali, ela apresentou – e foi aprovada – a tese *"Raízes alimentares do Direito"*, em que desafia vasta erudição sobre o tema, em todo o mundo, para demonstrar *"o papel da comida na formulação das regras de convivência"*. Na apresentação do trabalho para a banca, Fabiana confessou que sua inspiração veio da convivência na cozinha de seus pais e tias, na histórica Barão de Cocais.

(Leia o artigo *"A comida como restauração"*, nesta edição.)

“Com o fogo da cozinha, sequência complementar das hortas, a comida mineira se constrói e denota, em sua história, a cultura dos mineiros.”



Feijão, angu e couve

Muito antes do *Glossário* e da tese de titularidade da professora Fabiana, no entanto, em 1967, o irrequieto e iconoclasta escritor Eduardo Frieiro publicava o livro *Feijão, angu e couve* (reeditado em 2019 pela Editora Itatiaia, vilariaceditora@uol.com.br), hoje tido unanimemente como a mais importante obra sobre a cozinha mineira, a ponto de a data de nascimento do seu autor, 5 de julho, ter sido consagrada como Dia da Gastronomia Mineira.

Em recente entrevista ao jornal *ESTADO DE MINAS*, a historiadora Juliana Duarte, que também é ‘chef’ do restaurante Cozinha Santo Antônio, em Belo Horizonte, lembra que Frieiro “foi um autodidata que devorou livros e se tornou professor nos cursos de Letras e Biblioteconomia. “Ele não era só um intelectual que produzia obras, mas também participou ativamente de vários movimentos e conviveu com várias gerações de escritores”.

Em separata da *Revista da Academia Mineira de Letras* (Ano 99, Volume LXXX, 2020), sob o título “Eduardo Frieiro – Pelo buraco da fechadura”, o acadêmico Pedro Rogério Couto Moreira, que com ele conviveu, reproduz algumas opiniões de Frieiro sobre si próprio, dentre as quais duas podem resumir sua personalidade:

“Toda vez que faço um exame de consciência, digo para mim mesmo: ‘És um canalha!’ e ‘Fui educado em uma biblioteca. Os livros, escolhidos livremente por mim, ao capricho de leituras vadias, foram os meus únicos aios e pedagogos.”

“Em Feijão, angu e couve, Eduardo Frieiro lembra que a Gastronomia foi oficialmente classificada, em Paris, como a ‘Nona Arte’, mergulha na arte gastronômica em todo o mundo e concentra sua análise no nosso período colonial, com ênfase no fato de que “a escassez de alimentos perdurou todo o período colonial, não só no território mineiro como na região dos engenhos”.

Escreve ele: *“Ainda em fins de Setecentos a situação da crise de artigos de subsistência revelava-se em documentos oficiais. Os governadores empenhavam-se em que os lavradores plantassem não só a mandioca, mas feijão e milho, para abastecer os povos.” “A mandioca era o principal sustento e o pão diário das populações. Vinha em seguida o milho, a grande dádiva alimentar da terra americana”, informa.*

Depois de 25 capítulos sobre a comida mineira, Frieiro conclui sua obra com a pergunta ‘Existe uma comida típica mineira?’ e responde:

“A resposta é sim e não. Sim, porque se pode reconhecer uma constante na equação das preferências alimentícias da gente que habita Minas. Não, porque tais preferências não são exclusivas dessa mesma gente.”

Ele cita vários cardápios tidos e apresentados como ‘comida mineira’, seleciona alguns, discute a pertinência de serem ou não ‘mineiros’ e fecha a discussão afirmando que “*Não há de melhor na cozinha universal*” e cita Guimarães Rosa:

[...] nossos, bem nossos, são o doce de leite e o desfiado de carne-seca. Meu – perdoem-me – é aquele prato mineiro verdadeiramente principal: guisado de frango com quiabos e abóbora-d’água (ad libitum o jiló) e angu, prato em aquarela, deslizando viscoso como a vida mesma, mas pingante de pimenta.

“‘Em Feijão, angu e couve’, Eduardo Frieiro [...] mergulha na arte gastronômica em todo o mundo e concentra sua análise no nosso período colonial, com ênfase no fato de que ‘a escassez de alimentos perdurou todo o período colonial, não só no território mineiro como na região dos engenhos.’”

Dona Lucinha, a pioneira

"O primeiro ingrediente que se põe na panela é o amor."

A trajetória de vida de Maria Lúcia Clementino Nunes, a 'Dona Lucinha' reflete bem a história de formação do ambiente em que se desenvolveu a cozinha mineira, como relata sua filha e herdeira na chefia do restaurante, Márcia Clementino Nunes, em depoimento / entrevista à *MagisCultura*.

Primeira mulher entre os onze filhos, Márcia diz ter nascido dentro do ambiente da cozinha: *"Minha visão de mundo passa por dentro dela, da intimidade dela. Minha primeira memória de menina é de mamãe no fogão a lenha fazendo doce de leite, comigo em pé na beira do fogão."*

Ela confessa até ter tomado 'certa birra' da cozinha porque *"havia uma concorrência afetiva entre o alimento e uma mãe que pudesse ser mais um pouco para mim"*. *"Quando eu ia na casa dos meus colegas de escola e via as mães abrindo a toalha, pondo a mesa, lembrava que eu não sabia como era a nossa mesa, porque lá em casa a mesa estava sempre atalhada, pronta para acolher os onze filhos, um tumulto total... a própria mesa era diferente, construída para nos acolher; quando tivesse que mudar de casa ela tinha que ir junto. Era de fato muito alegre a nossa vida. E muita comida. Sempre. A mamãe precisava disso."*

Márcia Nunes aponta como 'precedente' para a ligação de Dona Lucinha com a cozinha o fato de ela ter se formado professora e ido dar aulas em uma escola rural, quando se casou com o José Marcílio, fazendeiro.

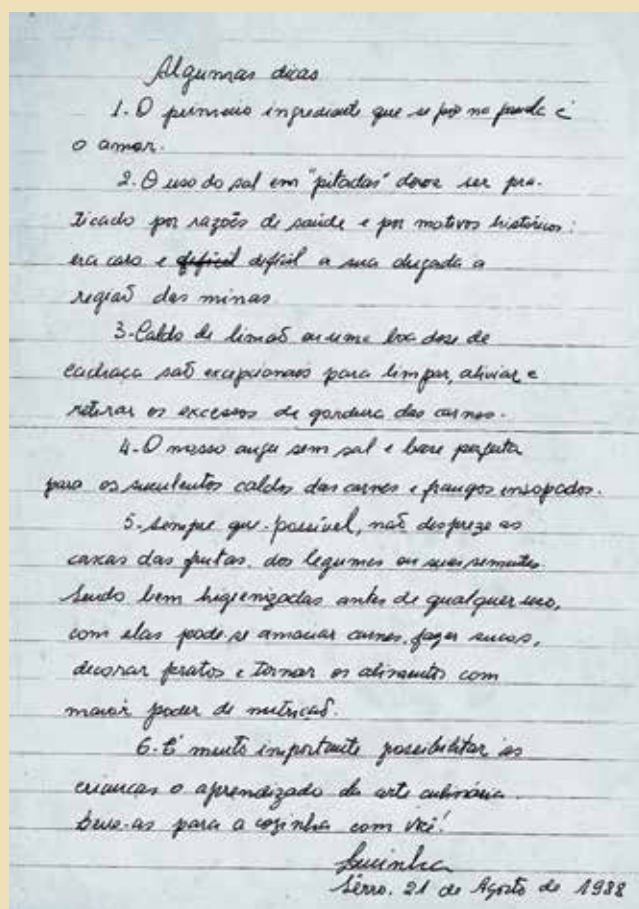
"Ali não havia merenda escolar e os meninos, filhos de agricultores, de vaqueiros, andando descalços, vindos de longe, na zona rural do Serro, com muito frio e chuva, sempre traziam algo para comer."

"Quando um menino trazia de merenda uma coisa muito gostosa, um bolo, uma quitanda, ele era visto pelo coleguinha e aquilo deveria provocar o maior desejo nele, porque, no geral, a merenda da maioria não era isso; era batata doce assada na borralha, era banana da terra assada, era cará cozido, mangarito, um pedaço de rapadura... eram coisas maravilhosas, mas eles tinham vergonha e se escondiam no mato para comer escondido."

"Mamãe percebeu que os meninos comiam escondidos, de vergonha, mas que aquela comida era boa. Eu me lembro de ouvir ela dizendo: 'nossa cultura alimentar está escondida no mato'."

"Ela entendeu que tinha que fazer alguma coisa, chamou os pais para uma reunião escolar, disse que as crianças andavam muito, ficavam cansadas e que ninguém aprende com fome. Perguntou se poderiam ajudar na construção de merendas. Eles responderam que eram pobres e que não podiam. Ela retrucou: mas se eu pedir uma mandioca, vocês podem trazer? se eu pedir canjiquinha, vocês podem? uma banana? um pouco de fubá? uma batata doce? Eles responderam afirmativamente e assim ela conseguiu reunir os ingredientes; levava de casa o que era escasso – rapadura, queijo, costelinha – e passou a fazer a merenda junto com os alunos; parava a aula, faziam juntos, comiam juntos..."

"A Dona Lucinha nasceu ali."



“Havia uma concorrência afetiva entre o alimento e uma mãe que pudesse ser mais um pouco para mim.”

Comida e educação

“Mais tarde, quando nos mudamos da fazenda para a cidade, para os irmãos mais velhos estudarem, ela virou diretora da Escola Estadual Luísa de Marillac e percebeu que o problema da alimentação dos alunos também existia. Pediu ao meu pai uma vaca e iniciou ali outro processo de aprendizagem com os alunos.

“A escola dela tinha uma vaca. O que ela queria era que os meninos da cidade aprendessem a tirar leite, a alimentar a vaca e a plantar horta. Aí ela mudou o foco: produzia alimento dentro da escola.

“A escola ficava em uma região muito pobre, perto da zona de meretrício, e o alimento acabou se transformando no centro, no ‘puxão’ para uma série de outras iniciativas, como os ensinamentos de noções de puericultura para as mães e até para mostrar às mães que os filhos portadores de alguma deficiência também poderiam – e deveriam – frequentar a escola.

“As mães não matriculavam os filhos que tinham qualquer deficiência visual, auditiva ou motora. E como ela conhecia todas as mães, percebia que estava faltando algum filho na hora da matrícula. Ela fazia que eles fossem matriculados e passou a matricular também os filhos das prostitutas, que até então não eram aceitos. Chegou a ser denunciada. Mas não se incomodou. E tudo tendo o alimento como base, como o ‘puxão’. Mamãe inspirou uma política de estado humana dentro do estado.

Canjiquinha na sala de visitas

“Papai foi prefeito por dois mandatos e foi também pioneiro em iniciativas para preservação do patrimônio histórico da cidade, inclusive com uma campanha de âmbito nacional, ‘Salvem o Serro antes que ele acabe’, que saiu até no jornal francês Le Monde e atraiu para a cidade artistas, historiadores, autoridades.

“Como primeira-dama, era responsabilidade dela receber visitantes e ela sempre servia a eles cachaça, limonada, frango com quiabo, contrariando minha avó, que também havia sido primeira-dama e que, antes, servia aos visitantes vinho Chateau Duvalier, macarronada, maionese. Foi muito criticada, inclusive por minhas tias, que diziam: ‘Lucinha, isso é comida para porco; você vai servir angu para embaixador?’

“Mamãe pôs na sala de visitas a comida que era de fundo de cozinha, rompendo uma tradição gastronômica. Foi considerada doida, grosseira.

“Mas ela passou a ser vista de fora para dentro e foi convidada pelo proprietário do Hotel Serrana Palace, de Belo Horizonte, para fazer um festival de cozinha mineira. Combinou por um final de semana, mas acabou sendo a semana inteira. Mamãe trouxe panelas, cozinheiras. Aquilo foi gerando convites para ela. Outras redes hoteleiras. Ela passou 20 anos fazendo festivais no Brasil inteiro.

“Desse período, me lembro de pelo menos duas boas histórias. Nos festivais em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, ela ia de carro, sempre levando sua equipe. Quando foi convidada para ir a Belém, no Pará, precisava tomar avião. E as cozinheiras que a acompanhavam – Maria Eva, Niquita e Cotinha – tinham medo de avião. Percebendo que teria dificuldade para embarcá-las, levou uma garrafa de cachaça na bolsa e, no aeroporto, abriu a

“Chegou a ser denunciada. Mas não se incomodou. E tudo tendo o alimento como base, como o ‘puxão’. Mamãe inspirou uma política de estado humana dentro do estados.”

garrafa e tomou umas doses com elas, para relaxá-las, espantar o medo. Ela tomava sempre duas doses: “uma lava e a outra enxágua a alma”, dizia.

“O outro episódio foi quando ela organizou um grande jantar de comida mineira em Brasília, como parte de reação ao movimento separatista do Triângulo Mineiro, que estava forte naquele momento. O jantar reuniu artistas, escritores e autoridades e, por sua repercussão, teve grande importância na reação ao separatismo.

O restaurante

“Aí a mãe inaugurou o restaurante aqui, em 1990. Dedicada a cultivar e divulgar a cozinha mineira, criou o slogan: **a arte da cozinha mineira**. Inaugurou a casa com a cozinha mais simples de Minas Gerais, mas com algum requinte nos serviços. Usava toalha, louça boa, talher bom, taça boa, garçom falando inglês, mas a cozinha era batata doce, chuchu, quiabo, jiló...

“Mais uma vez a família criticou: ‘Lucinha, você não tem vergonha de ir para Belo Horizonte, na Savassi, e servir angu?! Como se fosse uma vergonha para família e a cidade. Mas mamãe fez desta casa um templo da cozinha. O restaurante completou 34 anos, com o mesmo cardápio da inauguração.

Cozinha pós-moderna

A cozinha mineira é pós-moderna, na essência. É artesanal, coisa que a pós-modernidade valoriza; não tem enlatado. Ela é **regional**, não depende de nenhum ingrediente que tenha que importar. Até o **vegano**, por exemplo, pode encontrar na cozinha mineira o alimento mais nutritivo sem depender de proteína animal, como o feijão, ora pro nobis, banana da terra, canjiquinha, quiabo, batata doce. A cozinha mineira **não é uma cozinha rústica** como alguns dizem. É uma cozinha refinadíssima. Ela tem um modo simples de servir e, como disse Picasso, a “simplicidade é a última expressão do refinamento, da elegância”.

O simples é muito elegante. Veja só: você põe uma concha de angu, uma coxa de frango, põe quiabo, põe couve... isso compete com qualquer cozinha do mundo. Cozinha tradicional não é cozinha velha. É uma cozinha clássica, atemporal, que dialoga com a pós-modernidade.

A França teve lá a sua ‘nouvelle cuisine’. A gente colonizada tem mania de fazer a mesma coisa. É entristecedor escutar que há um ‘movimento’ que quer criar ‘novos conceitos’, e depois dizer que são os representantes da ‘moderna cozinha mineira’.

“A cozinha mineira é pós-moderna, na essência. É artesanal, coisa que a pós-modernidade valoriza; não tem enlatado.”

Em 8 de julho de 2024, Dona Lucinha foi homenageada com a inauguração de uma estátua sua no Mercado Central de Belo Horizonte, por ter iniciado um movimento de revalorização dos ingredientes tradicionais da cozinha mineira.

“Preservar a tradição na modernidade”

“A gastronomia tradicional mineira é a gastronomia mineira e ponto final. Nunca vai existir outra.”

É assim, com ênfase, que o ‘chef’ Léo Paixão, um dos mais conhecidos e repertoriados do mundo gastronômico brasileiro, reage à pergunta se ele seria um ‘modernizador’ da cozinha mineira. *“Não liderei nada e acho que não existe esse movimento de ‘modernização’ da cozinha mineira.”*

“O que eu faço – prossegue – não é a gastronomia tradicional mineira; aliás, ninguém faz... a não ser que faça a tradicional. O que eu faço e outras pessoas fazem, mesmo que tenha uma roupagem mineira, em produtos e conceitos, é uma gastronomia autoral e contemporânea, às vezes de fusão, mas a tradicional é ela e acabou, nunca vai ter outra.”

Graduado em Medicina pela UFMG, profissão que exerceu por pouco tempo, Léo Paixão graduou-se na Escola Superior de Gastronomia Francesa (Ferrandi), com estágios em restaurantes franceses até retornar a Belo Horizonte, chefian-do o ‘Taste Vin’ até 2012. Atualmente, é proprietário de mais de uma casa na capital de Minas, entre elas o restaurante ‘Glouton’, e tem grande visibilidade pela participação em programas de TV e campanhas publicitárias.

‘Comer é ato multissensorial’

A modernização da gastronomia, segundo ele, é resultado da modernização de todo o processo produtivo, do mercado, mas não afeta a essência da cozinha tradicional. *“O fato de os produtos serem feitos de forma padronizada e a cocção em equipamentos mais precisos, por exemplo, não atrapalha; pelo contrário, ajuda a preservar a comida mineira”, diz.*

E acrescenta:

“Já li muitos cadernos de receitas de nossas mães e avós escreviam para filhas e netas. Não são receitas precisas, iguais às de hoje; elas aprendiam mesmo na mão, na textura da massa, pelo cheiro. As receitas, em grande parte das vezes, são imprecisas: ‘um prato de polvilho’, ‘um punhado de queijo’, ‘assar em forno quente’ e assim por diante. Livros de receitas são lembranças e anotações...”

Hoje em dia, tudo é mais padronizado, os profissionais da cozinha não são mais os ex-lavadores de prato, mas são formados em escolas. Se a gente compra um polvilho, ele está sempre igual; naquela época, existiam produtos diferentes e a quantidade de soro que você colocava no biscoito dependia da hidratação do polvilho. Agora, você pega um produto padronizado, uma balança de precisão e coloca em um forno de precisão e tem resultado excelente, exatamente igual ao que tinha antes; só que você não precisa mais de ter tanta habilidade. Acho que isso ajuda na preservação da cozinha mineira.”

Ele aprova as iniciativas do Iepha de registrar como patrimônio imaterial os modos de produção dos principais pra-

tos e produtos, pois entende que *“o modo de comer é o modo de uma nação se expressar”*. E mais: *O ato de comer é um ato multissensorial, a hospitalidade mineira faz com que a comida mineira seja ainda mais saborosa.”*

Completa seu raciocínio dizendo que *“não existe ambiente para ser desenvolvida uma ‘nova’ gastronomia mineira e de forma alguma eu gostaria de mudar ou modernizar a gastronomia tradicional mineira”*. E lembra que, *“além do mais, existe a pressão cultural de a gente crescer num estado em que a gastronomia é muito importante em nossa história de vida e isso faz com que a gente crie uma gastronomia própria, autoral, pessoal, mais moderna, mas com as referências tradicionais”*.

“O ato de comer é um ato multissensorial, a hospitalidade mineira faz com que a comida mineira seja ainda mais saborosa.”



A comida como restauração e fermento do convívio*

Fabiana de Menezes Soares

Professora Titular da Faculdade de Direito da UFMG, com a defesa da tese de titularidade "Raízes Alimentares do Direito – o papel da comida na formação das regras de convivência".

Dizem que os mineiros não gostam da discórdia e sabemos que Minas tem uma das melhores cozinhas do mundo.

Duas constatações aleatórias?

Aparentemente.

Agir levando em conta a alteridade própria da *com-córdia* (do latim *cor, cordis* – coração) é também uma das marcas do uso da comida, como linguagem, tal qual o Direito, que almeja interações sociais imunizadas contra a violência.

O registro do papel da comensalidade (ou *a partilha da mesa*, novamente na história secreta das palavras) como *o fermento da sociabilidade* também coube aos gregos, sempre muito frutíferos em ideias, horizontes de interpretação que atravessam milênios. O uso frequente por vezes não nos permite refletir sobre o sentido por trás de uma *mesa redonda* ou aquela onde todos se sentam em comunhão, não obstante as mesas retangulares e suas limitações, por vezes hierárquicas.

Estar à mesa aproxima pessoas. A partilha de alimento, na natureza, é uma das ações mais eficientes para fazer com que a agressão dê lugar à *com-vivência* ou à vivência compartilhada. E isso tem efeitos imensos sobre o que entendemos como *jurídico*.

Comida e interação social

Ao longo da história da humanidade como mentalidade (ela aqui é o foco e não a civilização), a comida e os ritos ao seu redor permitiram que o ser humano, esse primata, dito superior, se distinguisse dos outros animais que não cozinham (ou que não praticam atos culinários conforme a distinção feita pela arqueóloga Catherine Pèrles). A comida modificou nossos corpos e nossos cérebros e ganhou do paleontólogo Richard Wrangham muitas evidências, dentre elas sobre como a ingestão de comida cozida facilitou a absorção de nutrientes e o papel do fogo na história toda. A paleontologia e diversos estudos, inclusive, sobre dietas pré-históricas mostram a longa caminhada humana para o acesso ao alimento permitir que o fantasma da fome e da escassez pudesse ser afastado.

A disciplina em torno do alimento nos trouxe também novas formas de interação social, que exigiram o aprimora-

mento da linguagem fosse para ordenar a caça, a sua divisão, a distribuição da coleta e o manejo do fogo à convenção de apaziguamento dos ânimos durante o momento da alimentação. Você já observou que as facas de mesa, em geral, não têm pontas? Para os outros animais, também é fonte de risco existencial o momento de acesso ao alimento, sobretudo se não houve participação no seu resultado.

A possibilidade de um cotidiano sem os riscos da busca contínua por alimentos (ou pela sobrevivência) permitiu aos seres *o tempo* para dar sentido aos achados da natureza, ou mesmo fabricando ferramentas, com seu aprendizado pelo planejamento do cotidiano de mais fartura. E assim, sementes foram testadas, solos foram preparados, alguns animais domesticados, tudo para tornar a existência humana com mais abundância e menos...violência.

O maior acesso ao alimento trazido pelas atividades agropastoris reduziu o risco existencial típico das caçadas ou da busca de comida por vários territórios. A experiência de fartura evidenciada nas primeiras imagens humanas foi seguida por outras que mostravam um outro tempo para a ideação e transformação das necessidades primárias (comida, vestuário, abrigo) em produções da criatividade humana. Nunca mais seria somente comer para se nutrir, mas seria se alimentar para bem viver. A chegada de novos produtos trazia a história de novos ciclos alimentares, lugares outros, estilos de vida.

Comida e linguagem

Produtos alimentares transmitem saberes e, também por isso, são considerados uma linguagem. Se observarmos os primeiros sinais gráficos das línguas-mães – como a cuneiforme, egípcia, os sinogramas de línguas asiáticas ou mesmo a cosmogonia asteca – trazem todas, o universo alimentar como uma das primeiras formas de representação do mundo. Formas de escambo por meio de produtos agrícolas e o uso de medidas alimentares no sistema de troca ("sal", "trigo", "cerveja", "azeite", "vinho", "milho", "mandioca" etc.) ainda estão presentes em povos tradicionais ao redor do mundo e também entre os nossos indígenas.

Banquetes públicos na Grécia ou mesmo as construções antigas que reservavam espaço para o "convívio" nos legaram a pedagogia da vida na cidade, seus ritos, hierarquias, reforço de laços e também o ambiente para o fortalecimento da confiança, essencial para ajustes, acordos, casamentos, exercício

* Dedicado à memória da Profa. Sheila Jorge Selim de Sales que sabia como um café alimenta a alma.

“O uso do alimento para restaurar relações aparece em diversos momentos históricos e expressou tanto as convenções e costumes que influenciaram o direito, como fomentou toda sorte de regras sociais, inclusive religiosas, aliás, plenas de sentidos e gostos.”

da vida política. Aí também se encontram evidências do processo que nos transformou em seres normativos.

Em Roma, a máxima “Pão e Circo” revela mais do que as variadas camadas sobre a garantia do alimento para a sobrevivência e a paz social ou sobre a necessidade de uma ação pública para o bem-estar. Vemos, então, a elaboração de modelos jurídicos para a segurança alimentar destinados, especificamente às crianças e adolescentes. Ao lado de uma administração pública com autoridades exclusivas para a questão alimentar, os valores de piedade, clemência, ou mesmo o próprio sentido da *humanitas* criam a mentalidade disseminada do valor social da participação de pessoas privadas contra a fome, por meio da prática do Evergetismo. Não sei de Betinho se considerava um evergeta, mas ele deixou sua marca contra o gosto amargo da fome na sociedade brasileira.

“Fundamental é mesmo o arroz. É impossível ser feliz faminto.”

A ameaça de barbarização ligada à fome no decorrer dos tempos ainda é presente, mesmo em tempos de Inteligência Artificial. Não evoluímos o bastante para compreender que nenhuma humanidade tem lugar com tamanha desigualdade de vinda da indignidade alimentar.

A fome, com sua potência para o risco existencial, impulsionou a elaboração de modelos jurídicos no seu sentido forte: as normas penais. Legislações antigas cuja influência no Direito ocidental é percebida até os nossos dias nos trazem o contexto do desenho do furto, da proteção à oferta, da projeção do estado de necessidade, da garantia da qualidade dos alimentos.

Hoje, os desafios envolvem não só a disponibilização, a baixo custo, de alimentos que podem adoecer (ultraprocessados, por exemplo), mas a existência de um elevado desperdício, ao lado dos chamados desertos alimentares, a reclamarem ações públicas efetivas que considerem o trato para com a alimentação como indicador para a qualidade de gasto na saúde pública. Não é sobre qualquer alimento para saciar a fome, mas sobre combater a desnutrição.

Se antes, ou mesmo na cultura dos povos tradicionais, o cuidado com água é um estilo de vida, entre nós, os ditos civilizados, áreas de cultivo recebem águas com resíduos não tratados e muitos, muitos plásticos, alguns diminutos cuja presença já impacta a base da cadeia alimentar. Cuidar do lixo, efetivar políticas públicas de coleta seletiva e do seu tratamento é assegurar a possibilidade de alimentos saudáveis: a proteção do meio ambiente e de condições ecológicas para produção de alimentos é também responsabilidade das cidades.

O uso do alimento para restaurar relações aparece em diversos momentos históricos e expressou tanto as convenções e costumes que influenciaram o direito, como fomentou toda sorte de regras sociais, inclusive religiosas, aliás, plenas de sentidos e gostos. Basta olhar ao redor e perceber as santas ceias, quermesses, comidas de santa, tabus alimentares que unem judeus e árabes nesse misterioso festim em torno da comida. Cardápios comunicam escolhas alimentares, modos

de fazer, circulação de produtos, alimentos para os sentidos e assinalam culturas e formas de procedimento.

Modelos de *restauração* (qual é mesmo o nome de estabelecimentos que servem comidas?) ou reparação de ilícitos que considerassem atos alimentares acontecem em vários tempos e lugares, pois os estilos alimentares expressam culturas, mas a alimentação é universal. Desde a reverência à vítima em cerimônias fúnebres por meio de banquetes póstumos, aos desagravos à família do (a) ofendido (a) por meio de eventos públicos alimentares, até o uso de suco de uva em audiências com o fim do uso estratégico e apaziguador da glicobiologia, passando pelo pluralismo alimentar dos banquetes/jantares da diplomacia, ou da política. As formas alimentares como preliminares de diálogo, inclusive intercultural, revelam a capacidade interacional-ética da comida a nos lembrar que estar à mesa é fomentar a transigência.

Curiosamente, o direito à alimentação presente na Constituição brasileira só foi incorporado ao seu texto por meio de Emenda Constitucional nº 64 em 2010.

Como é exercer qualquer direito se a sua sobrevivência é vulnerabilizada pela fome ou desnutrição?

Como falar em mérito se a má alimentação na infância cria a mais infame e amarga das desigualdades?

Como discutir uma sociedade mais equânime entre homens e mulheres quando gestantes não têm a alimentação adequada?

Qual é o bem viver ou proteção social quando idosos e idosas são considerados obsoletos, descartáveis, como se seus anos de convivência não fossem um conhecimento cheio de razão prática?

Comida e ritos

Em torno da comida, durante milênios foram criados ritos (que se articularam nos mais diferentes *processos*), aprendizagens que envolveram tecnologias que moldaram e foram moldadas na ideação para o devir (planejamento), tipos de linguagem que nos remetem ao conjunto de atos que projetam a um resultado. Já parou para pensar nas receitas e suas prescrições e o como como as leis são escritas?

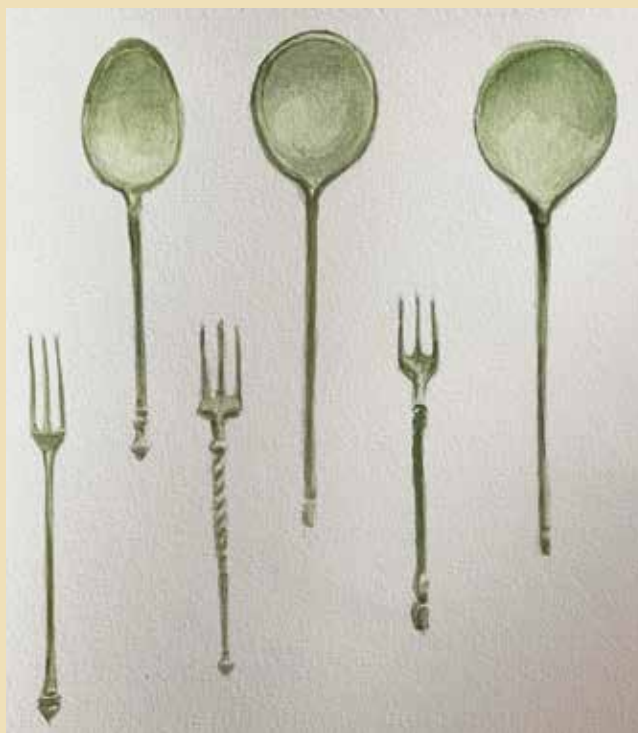
A pandemia da Covid nos trouxe a experiência da perda da convivialidade muito marcante na experiência alimentar.

De fato, podemos comer sozinhos, mas o apelo da mesa, das trocas, da comunicação além das palavras, torna a experiência alimentar uma das poucas, analógicas, ainda não superadas pela vida virtual, cuja atual arquitetura tende a nos levar a um cardápio sem variações, com descobertas orientadas, talvez sem percebermos que comungamos das mesmas necessidades e que ninguém é feliz faminto.

No fim do dia, queremos comida, diversão e arte (aliás comida, música, cinema, artes plásticas, sempre fizeram um 'mexido' bom) porque todo esse trabalho precisa fazer sentido. E se for um sentido com gosto, é bem melhor.

O mineiro é reconhecido como comedido, alguém que faz a festa a partir da cozinha, mas que transforma um café na chave para compor, inclusive, minimizando conflitos.

Será que a pedagogia da cozinha mineira fomentou formas mais humanas de civilidade, inclusive política?



“O mineiro é reconhecido como comedido, alguém que faz a festa a partir da cozinha, mas que transforma um café na chave para compor, inclusive, minimizando conflitos.”



Cordel: uma herança portuguesa, com certeza

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG, aposentado

A expressão *literatura de cordel*, oriunda de Portugal, nasceu na feira das segundas-feiras de uma vila piscatória lusitana, na qual um dos vendedores de versos em folhetos, geralmente cegos, os dependurava em barbantes armados entre duas cadeiras meio desconjuntadas e as punha próximas à *Livraria Barateira*, para atrair leitores, com a frase “*Vende-se a cavalo num barbante*”, conforme relata o ensaísta, ficcionista e poeta José Viale Moutinho, em *Literatura de cordel – Uma antologia (Temas e debates)*.

Possuidor de vasta obra publicada nesse campo e nos de literatura infantil e de recolha da literatura tradicional portuguesa, Viale ganhou em julho último o Grande Prêmio de Literatura dst 2024¹, com o livro de poesia *Desaparecimento progressivo*, e dedicou sua antologia “*à memória de um corcundinha sem idade, olhar alucinado, com extrema miopia, que, no Porto, tinha um vão de escada para alugar livros a pessoas de poucas posses, que ele aguardava todas as tardes, lendo e relendo os folhetos da Barateira, usando uma lupa enorme. Mal falava com os clientes, mas creio que se chamava Gustavo*”.

No seu *Dicionário do folclore brasileiro*, o folclorista rio-grandense-do-norte Luís da Câmara Cascudo informa que a designação ‘*literatura de cordel*’ “foi dada em Portugal e difundida no Brasil depois de 1960”, e se refere “aos folhetos impressos, compostos pelo Nordeste e presentemente divulgados e correntes em todo o Brasil”. Esclarece que aqui se diz sempre “*folhetos*”, referindo-se a estas ‘*brochurinhas em versos*’ porque os livrinhos eram “*expostos à venda cavalgando um barbante, como ainda acontece em certos pontos do Brasil*”. [O *Dicionário* foi atualizado em sua 12ª edição, em 1979].

Cascudo prossegue afirmando que o poeta “*Nicolau Tolentino (1740-1811) fixou o quadro lisboeta no seu poema O Bilhar, falando sobre os famosos entremezes [peça curta de teatro representada no curso ou ao final de peça teatral séria ou de longa duração]: ‘Que do Arsenal ao vago caminhante/se vendem a cavalo num barbante’. Diziam também ‘literatura de cego’, aludindo ao monopólio dado pelo El-Rei D. João V à Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos de Lisboa, “na provisão de 7 de janeiro de 1749, para vender esse gênero de mercadoria impressa”*”.

Designações da literatura de cordel, romances em poesia

Em ensaio sobre a “*Literatura de cordel*”, o professor Manuel Diégues Júnior afirma que ‘*todos sabem*’ que o nome decorre do fato de serem os folhetos com os versos presos por um pequeno cordel ou barbante e expostos nas casas em que

eram vendidos: “*Com este nome já os assinala Teófilo Braga em Portugal do século XVII, se não mesmo antes. Pode-se dizer também que este tipo de poesia está relacionado ao cancionero popular, a ele ligando-se, pois apresenta-se como romances em poesia, pelo tipo de narração que descreve*”.

A presença da literatura de cordel no Nordeste, acrescenta, “*tem raízes lusitanas; veio-nos com o romanceiro peninsular e, possivelmente, começam estes romances a ser divulgados, entre nós, já no século XVI ou, no mais tardar, no XVII, trazidos pelos colonos em suas bagagens*”. (*Literatura de cordel*, em *Antologia da literatura de cordel*, de Sebastião Nunes Batista).

Na Espanha, relata Cascudo, ao cordel chamam *pliegos sueltos* [folhas soltas]; na França, de *Litterature de colportage*, de vendedores ambulantes, que “*ofereciam num tabuleiro pendente ao pescoço*”; na Alemanha, de *Volksvubucher (...)*”.

Em Portugal, ressalta Cascudo, a denominação inicial pertence a Teófilo Braga: “*os Livros populares portugueses, Folhas volantes ou Literatura de Cordel, 1881. A maioria destes folhetos emigrou para o Brasil, ingressando no patrimônio oral*”.

Ainda segundo Cascudo, a característica da literatura de cordel é sua destinação gráfica, circulando em opúsculos impressos, “*desde a segunda metade do sec. XX*”. Assim, diz ele, Literatura de cordel não se confunde com Literatura oral.

Cascudo afirma também que o termo ‘*Literatura oral*’, adotado em 1881 por Paul Sébillot (1846-1918), “*reúne o conto, a lenda, o mito, as adivinhações, provérbios, parlendas, cantos, orações, frase-feitas tornadas tradicionais ou denunciando uma estória, enfim, todas as manifestações culturais, de fundo literário, transmitidas por processos não gráficos*.” [grifamos].

O velhote da Barateira

Em sua *Antologia*, Viale conta que “*havia de tudo*” na feira da vila onde passou a infância e que “*sempre lá parava um homem de fato verde-claro, um tanto sujo, com duas malas abertas; numa tinha uma jiboia monstruosa, de língua bifurcada, que o abraçava constantemente, e na outra os frascos que ele garantia ser uma ‘Pomada santa, banha de jiboia brasileira! Curava tudo’*”.

“*Lá havia um velhote que nunca faltava, a um par de metros da taberna onde almoçava frugalmente, e lhe emprestavam duas cadeiras desconjuntadas. De uma cadeira à outra – narra o escritor – “o velhote punha um cordel não muito grosso e dele fazia pender uns cadernos de capas coloridas e umas folhas volantes, que prendia com pregadeiras de roupa. Em cima de uma cadeira havia um jornal dobrado, aonde ele colocava a bota e dedilhava a sua viola, que nem sempre tinha as cordas todas. A voz era roufenha, lamurienta, mas já contávamos*”

¹ Grupo empresarial português das áreas de Engenharia, Construção e Energia.

“Fechem os olhos a cada parágrafo, a cada folheto, respirem fundo e abandonem este mundo, há um universo que vos espera em uma vintena de espécies.”

com isso porque anunciara antes um grande e horrível crime. Toda a gente punha os olhos na folha onde estavam os versos e o retrato da rapariga que levava as dezessete facadas do namorado, que parecia ter sido enganado e afinal o que ele vira fora uma cena inocente da moça agarrada a chorar ao irmão que lhe trouxera a notícia da morte do pai no Brasil!

O namorado interpretara errado aquele abraço, não conhecia o irmão, tinha a faca à mão e, levado pelo ciúme, cometera o tal grande e horrível crime! E como se lavava aquele pedaço de chão na feira com as lágrimas do mulherio! Pois, na semana seguinte, já era a princesa Magalona [personagem de conto tradicional], posta em versos de pé-quebrado, mas isso era porque não havia caso sensacional no Notícias ou no Janeiro!”

E ele vendia também os folhetos da hoje desaparecida Livraria Barateira, “que depois levávamos para casa, com os quais nos fartávamos de rir com o Bertoldo Bertolino e o seu filho Cacasseno ou ficávamos de boca aberta com as misérias e logros em que caiu o Cosme Manhoso, ou empolgados com as aventuras cruéis de Roberto do Diabo ou mesmo com as tretas antológicas da donzela Teodora [personagens de romances famosos de literatura oral]. Mas lá levava também a folha singular do romance de cego com a desgraça estampada e depois punha-me a encarar aquilo com o que viera no jornal e ficava fascinado com a adaptação melodramática!”

“Éramos sempre umas dezenas a escutar o ceguinho. O velhote, fosse ceguinho ou não, gostava de dar fumos de cego, com os seus óculos fumados, redondinhos, e ele mesmo escrevia os versos e as peripécias do romance que ocorrera naquela mesma semana, exacerbando as comoções dos circunstantes.

E, já adolescente, com manias de camilianista (admirador de Camilo Castelo Branco) em promoção, descobri dois folhetos num alfarrabista de Lisboa – Maria, não me mates, que sou tua mãe!, e outro sobre o José do Telhado, um capítulo arrancado das Memórias do Cárcere”, ambos de Camilo Castelo Branco (...) Ali estava, nos folhetos, inegavelmente, informação, e tinham as mesmas funções que os jornais há uns anos atrás, antes das regras de higiene. Tomava-se conhecimento das singularidades do mundo, das verdades e das mentiras, dos criminosos, das execuções e dos milagres, dos fenômenos naturais e dos monstros sobrenaturais.

Os cegos e os outros vendedores, se não ficavam num sítio qualquer com os seus cordéis, andavam pelas ruas, pelas feiras e pelas aldeias, por onde fosse, com os folhetos presos à própria roupa. Eram mostras ambulantes de livraria. Mas havia também livreiros, as mais das vezes estrangeiros, que acrescentavam a estes outros livros de maior qualidade e superior número de páginas.

Do barbante para os quiosques

“Os netos deste tipo de literatura passaram do cordel para os quiosques, e aí temos os romancinhos cor-de-rosa, a banda desenhada, os romances policiais e do Oeste, e também outro fenómeno, o dos escritores de alguma nomeada”, que se esconderam para escrever textos de consumo para realizar dinheiro. Outros mesmo com próprio nome. Neste caso temos esse fenómeno de vendas de romance –rosa que é Corin Tellado – autora de quatro mil romancinhos de amor, de que se venderam 200 milhões de exemplares em todo o mundo (está no Guinness!) - ou Silver Kane o escritor e chefe da Redação de Francisco Gonzalez Ledesma – escreveu 955 romances do Oeste e 300 policiais! (...).

Conta Viale que no início de sua carreira, Camilo Castelo Branco, que ninguém sabia quem era nesse ano, para ganhar uns cobres, aproveitou um crime hediondo em Lisboa para escrever o célebre *Maria!, não me mates que sou tua mãe*, que teve numerosas edições. À cautela, publicou-o anonimamente em 1848. Como reforço publicitário, a falsa indicação de que a obrinha de cordel fora mandada imprimir por um mendigo que foi lançado fora de seu convento, e anda pedindo esmola pelas portas! O texto pingava sangue e lágrimas. Só a 7ª. ed., de 1916, em 50 exemplares em papel de linho, para bibliófilos do Brasil, ostentava o nome e o retrato dos autores, o que já não aconteceu na 8ª. ed., que não ultrapassou os 150 exemplares para o mercado português.

Ora, literatura de cordel!

Viale continua: *"Fechem os olhos a cada parágrafo, a cada folheto, respirem fundo e abandonem este mundo, há um universo que vos espera em uma vintena de espécies (...). Ora, literatura de cordel, que diabo! Literatura de cordel é toda a literatura menor? Que diabo de designação é esta? Digamos que se trata de uma designação literária que é indicada pela designação bibliográfica! E que tem mais em conta a maneira como as obras são expostas para venda – o estarem suspensas de um cordel pelo método de qualquer vulgar apreensão – do que do seu conteúdo. Que é integrada pela designação bibliográfica! É que tem mais em conta a maneira como as obras são expostas para venda. Poderemos acrescentar-lhe o formato caderno folhas dobradas, que vai geralmente, de oito a trinta e duas páginas, podendo mesmo chegar às sessenta e picos, em mau papel, má distribuição de tinta de impressão, gralhas que nem te digo, xilogravuras pouco estáveis, entre outros defeitos. Curiosamente, no que diz respeito às narrativas de monstros, a mesma xilogravura tem dado para monstros diferentes ou diferentes paragens! Como no caso do Cosme Manhoso – que os textos das versões variam em pormenores, pois os editores – os que afinal ficam na posse dos textos e respectivos direitos – vão procurando retocá-los, se não retocando a redação, dando maior vivacidade à narração".*

No Arquivo Nacional Torre do Tombo, inaugurado em 1378, principal arquivo de Portugal, segundo o antologista, *"estão arquivados folhetos com anotações manuscritas para sucessivas edições"*. De qualquer modo, Nicolau Tolentino, no seu poema *O Bilhar*, quando fala de *um poeta (...)* que *glosava por dinheiro*, diz que as suas obras *'se vendem a cavalo num barbante'*. No entanto, é ao erudito Teófilo Braga que se deve o fixar em Portugal a expressão *literatura de cordel*, que terá vindo de Espanha, como *pliegos de cordel*.

Vocês querem poesia? Entrem no povo.

O folclorista sergipano Sílvio Romero (1851- 1914), no discurso de recepção ao escritor Osório Duque Estrada na Academia Brasileira de Letras, afirmou, segundo Coelho Neto, referido por Leonardo Mota, o Leota, folclorista cearense e grande pesquisador da literatura de cordel: *"Qual literatura! Se vocês querem poesia, mas poesia de verdade, entrem no povo, metam-se por aí, por esses rincões, passem uma noite num rancho, à beira do fogo, entre violeiros, ouvindo trovas de desafio"*.

Poesia no cordel

Embora a temática predominante nos cordéis sejam acontecimentos bizarros ou históricos e personagens pitorescos, como os descritos, é possível identificar na produção lusitana textos poéticos de qualidade, dos quais transcrevemos um exemplo:

Árvore morta

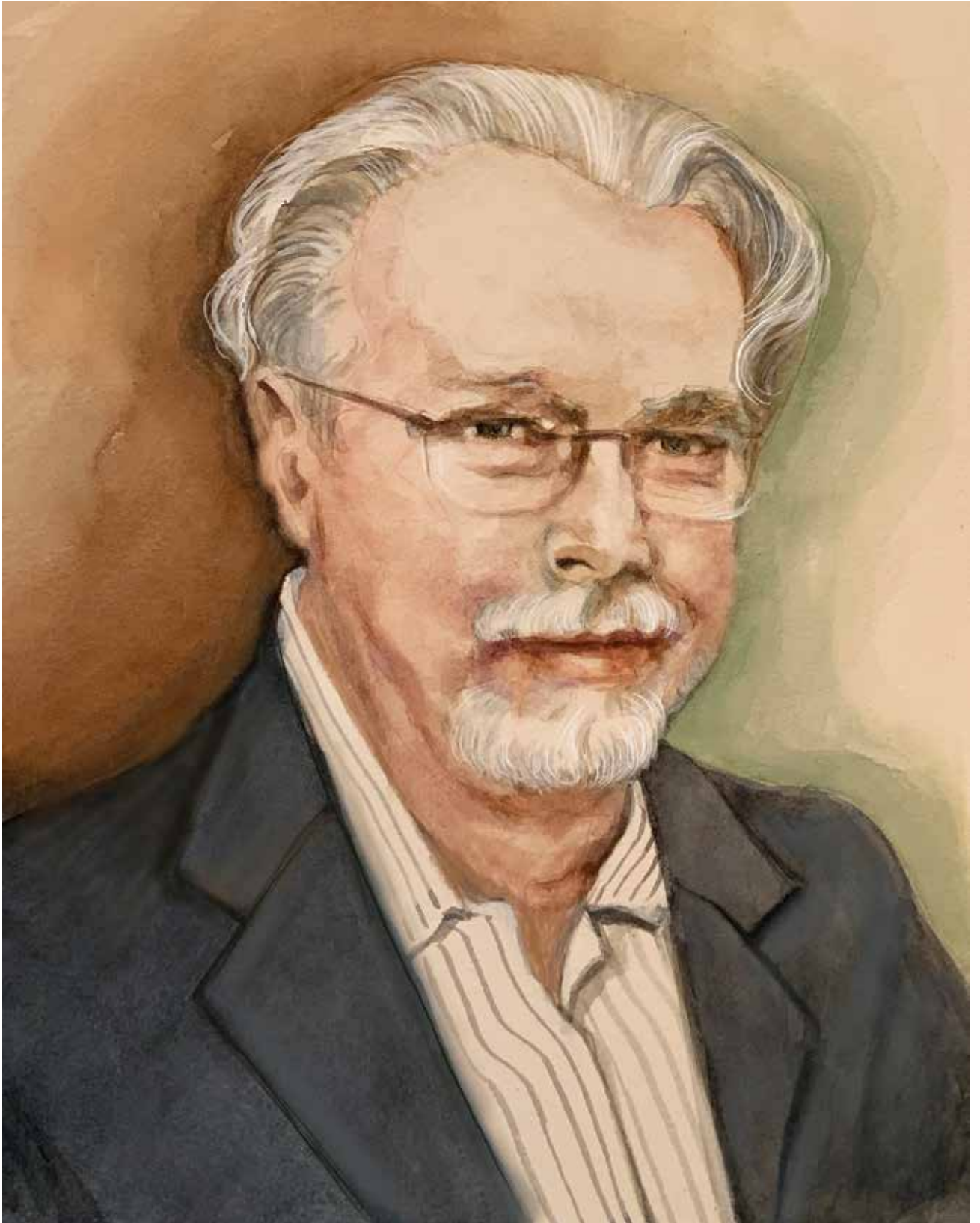
João Batista de Siqueira (Cancão)

– Foste tu, velha baraúna,
A divisão da paisagem;
A gigantesca coluna
Da natureza selvagem
Abrias tua folhagem
Pelas tardes nevoentas
As borrascas violentas
Nunca te causaram danos
Antes de trezentos anos
Te abalaram mil tormentas.

.....
Das plantas foi a mais bela
Que entre a flora viveu
Quantos janeiros venceu;
Depois, murchou e morreu!
Ficou dos ramos despida
Quem sabe, na vida dela
Para o poente estendida,
Sem verdura e sem beleza;
Talvez que, nesta tristeza,
Sinta saudades da vida!

Bibliografia

- José Viale Moutinho, em *Literatura de cordel – Uma antologia (Temas e debates)*. Lisboa, 1ª. ed., julho de 2007;
- *Dicionário do folclore brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo, São Paulo: Global Editora, 12ª. ed., 1979, conforme última edição, 12ª., revista pelo autor), 2003.
- *Contos tradicionais do Brasil (Folclore)*, Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Ediouro, 20ª. ed.;
- *Antologia da literatura de cordel*. Sebastião Nunes Batista. Natal - Fundação José Augusto, Gráfica Manimbu, 1977;
- *Os monstros na literatura de cordel portuguesa do século XVIII*, Ana Margarida Ramos. Lisboa: Edições Colibri - IELT – Instituto de Estudos de literatura tradicional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, dezembro de 2008.



O “philosopho” Eduardo Almeida Reis

Rogério Medeiros Garcia de Lima

Desembargador do TJMG

“**E**u sou um sujeito
de bem com a vida.”
(Eduardo Almeida Reis)¹

Eduardo Brant Almeida dos Reis – conhecido como Eduardo Almeida Reis ou pelo pseudônimo R. Manso Neto – nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1937, mas tinha raízes mineiras. Era filho do médico José Cândido Almeida dos Reis e da escritora Sara Caldeira Brant.² Pelo lado materno, descendia da família Caldeira Brant:

“Em 1713, um ‘tatataravô’ chamado Ambrósio Caldeira Brant foi eleito vereador em São João del-Rei. A casa dele funcionava como Câmara. De lá os quatro filhos dele, Custódio, Felisberto e outros dois, saíram e sempre trabalhavam juntos. Felisberto era o cabeça. Os quatro foram para Paracatu, ficaram ricos e depois foram ser comendadores em Diamantina. Descendemos do Custódio. Minha família por parte de mãe descende dele. Até recentemente, a única pessoa que havia nascido no Rio era minha mãe. Meu avô era jornalista no Rio. Lá ela se casou e eu nasci” (sic).³

O escritor “*tinha um pé*” em São João del-Rei, minha terra natal, e era parente de dois ilustres mineiros, também descendentes dos Caldeira Brant: Carlos Mário da Silva Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, e Fernando Brant, saudoso poeta e compositor.

Um ancestral brioso

O sanjoanense Felisberto Caldeira Brant era nascido em 1705. Lutou na Guerra dos Emboabas e se tornou contratador de diamantes no Arraial do Tijuco, hoje Diamantina. Vítima de intrigas, foi preso e enviado a Portugal. Teve atitude digna na capital lusitana:

“Com o terremoto que destruiu Lisboa em 1755, ficou arrastado o cárcere em que se encontrava. Todos os presos fugiram, aproveitando-se da confusão; apenas Felisberto foi se apresentar ao Marquês de Pombal. Foi perdoado, uma vez que se comprovou que era inocente. Seguiu para Caldas da Rainha, em busca de melhoras para o seu péssimo estado de saúde”⁴

¹ Entrevista com Eduardo Almeida Reis, 09.11.2010.

² Portal da Academia Mineira de Letras, 08.02.2011.

³ Entrevista com Eduardo Almeida Reis, 09.11.2010.

⁴ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Galeria das personalidades notáveis de São João del-Rei*, p. 88-91.

O tio letrado

Eduardo de Almeida Reis era sobrinho “torto” do escritor, poeta e acadêmico Abgar Renault (1901-1995). Mineiro de Barbacena, Abgar era casado com Inês Caldeira Brant Renault, irmã de D. Sara, mãe do Eduardo.

Em 2014, Eduardo me presenteou com a cópia integral e encadernada do livro *Reflexões efêmeras*, de Renault.

O autor anotara uma dedicatória:

“Ao caro Eduardo – mestre exemplar da prosa em português – com vivo abraço do seu

Abgar
31-1-95”.

O sobrinho idolatrava o tio. Dedicou-lhe a crônica *O voo do gênio*, em “*Reflexões Efêmeras*”:

“Figura pinacular, grande entre os maiores conhecedores da língua portuguesa, e da língua inglesa, e da francesa. E do alemão, e do italiano, e do espanhol...”

“Dir-se-á que os porteiros de hotel, na Europa, falam oito línguas. Mas há uma diferença: Abgar dá cursos de Literatura não em Muzambinho, mas nas maiores universidades da Inglaterra, assim como ensina francês na Sorbonne, em nível de doutorado”⁵

Profissões

Eduardo Almeida Reis formou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Pouco exerceu a advocacia.

Foi funcionário do Banco do Brasil durante quinze anos.

Trabalhou como administrador de empresas rurais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, até o ano 2000.

Família

Divorciado, Eduardo era pai de Ana Cristina Reis, jornalista e escritora; Ana Maria Reis Farina, economista; e Ana Luísa Reis Dias, administradora de empresas.⁶

⁵ *Jornal Hoje em Dia*, 20.03.1995.

⁶ Portal da Academia Mineira de Letras, 08.02.2011.

“Definia o seu estilo de escrever como ‘pedantismo jovial’. Preocupava-se em produzir um texto leve: ‘Faço mais ou menos o oposto do que os manuais de redação mandam’.”

Publicou os seguinte livros:

- *O pinto e a senhora sua mãe (a arte de empobrecer criando galinhas)*
- *De Colombo a JK: histórias do Brasil*
- *Zebu para principiantes*
- *A arte de amolar o boi (Manual do proprietário de sítios e fazendas)*
- *As vacas leiteiras e os animais que as possuem*
- *O papagaio cibernético (infanto-juvenil)*
- *Mulher, eleição e eucalipto*
- *O aprendiz de fazendeiro*
- *Amazônia legal & ilegal*
- *A dieta inteligente*
- *Bumerangue (romance)*
- *Pau-de-tinta*
- *Burriche emocional*
- *Amor sincero custa caro*
- *Muito ajuda quem não atrapalha*
- *Breviário de um canalha*

Jornalismo e literatura

Almeida Reis foi repórter do jornal *O Globo*; cronista e articulista dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Hoje em Dia*, *Estado de Minas* e *Correio Braziliense*; e também das revistas *A Granja* e *Mercado Comum*.

Definia o seu estilo de escrever como “pedantismo jovial”. Preocupava-se em produzir um texto leve:

“Faço mais ou menos o oposto do que os manuais de redação mandam”.

Para ele, ninguém tem a unanimidade dos leitores, por isso é necessário fixar-se em uma faixa de leitores e escrever para eles:

“Meu público não é o público de arquibancada de futebol, mas sim o das cadeiras numeradas”.

A maioria dos seus textos emprega a ironia como ingrediente essencial:

“A ironia é o lirismo da desilusão”.

Concluía:

“Minha afinidade com a escrita é tamanha que eu nunca estou trabalhando, estou sempre me divertindo. A grande vantagem de a gente trabalhar com o que gosta é que nunca precisamos trabalhar”.⁷

Sua obra literária recebeu elogios:

“É o vingador dos intransigentes, o redentor dos politicamente incorretos: mira com precisão na burrice e não deixa aleijado não: é tiro e queda”. (José Nêumanne Pinto)

“Gênio rural.” (David Nasser)

“O mais divertido humorista brasileiro.” (Guilherme de Figueiredo)

“Montaigne porra-louca.” (João Ubaldo Ribeiro)

“O melhor cronista do nosso agro.” (Mário Mazzei Guimarães)

“Um verdadeiro, um primoroso, um alto pensador. Não sei de nenhum que lhe possa ombrear e igualar no fulgor de sua graça e, mais do que isso, do seu estilo.” (Abgar Renault)⁸

De Colombo a JK

Eduardo Almeida Reis iniciou o livro *De Colombo a JK* com uma citação de Abgar Renault:

“Não esquecer que somos de um país em que já existiu (ou existe ainda), no Ministério da Agricultura, um órgão denominado ‘Comissão Executiva da Mandioca’”.

Coleciona comentários sarcásticos sobre fatos da História do Brasil. Por exemplo, ironizou as delações da Inconfidência Mineira:

⁷ AVELAR, *Perfil – Vozes de Minas*, 2008.

⁸ Portal da Academia Mineira de Letras, 08.02.2011.

“Um dos conjurados, que andava enforcado, teve a brilhante ideia de se livrar dos apuros financeiros enforcando seus colegas. Foi assim que o Coronel Joaquim Silvério dos Reis obteve da Fazenda Real o perdão de uma dívida de 172:763\$919, oriunda de um contrato de entradas mal-sucedido. Quase ao mesmo tempo da denúncia de Joaquim, dois outros sujeitos também denunciaram o movimento ao Governador Luís Antônio Furta-do de Mendonça: o portuga Basílio de Brito Malheiro do Lago e o açoriano Inácio Correia Pamplona”.⁹

Literatura roceira

Almeida Reis publicou livros sobre a temática rural. Apontou semelhanças entre o roceiro e o literato:

“Produtor de leite e escritor não sabem o que é um período de férias. Mesmo quando estou sentado, olhando para ontem, não paro de trabalhar.”¹⁰

O escritor e acadêmico Ruy Castro, numa antiga crônica, mencionou o período em que decidiu aprender sobre o campo, a roça e a criação de animais:

“Em sebos e leilões, encontrei os livros básicos. (...) Fui ler Eduardo Almeida Reis, autor dos clássicos ‘Zebu para Principiantes’, ‘A Arte de Amolar o Boi’ e ‘O Pinto e a Senhora Sua Mãe - A Arte de Empobrecer Criando Galinhas’, e me convenci de que o universo aviário e vacum é coisa complexa, para poucos. Desisti.”¹¹

Cronista genial

Na coluna *Tiro e Queda*, publicada pelo jornal ESTADO DE MINAS, Eduardo Almeida Reis atribuía-se o “título” de “philosopho”. Desfiava sábias ironias e citava frases do impagável R. Manso Neto, seu heterônimo. Apodava o Brasil de “país grande e bobo”. Debochava das hipocrisias na vida social e dos maus hábitos de políticos e cidadãos. Desprezava práticas impostas pela ditadura do “politicamente correto”, notadamente ligadas às dietas, atividades físicas, estética corporal e assemelhadas. Com o seu estilo sarcástico, exibia enorme alegria de viver e resignação com a implacável passagem dos anos.

Selecionei alguns trechos:

“Exames clínicos, depois de certa idade, mais parecem perfurações de petróleo em território saudita: procurando, acha. Da minha última bateria de exames, presumo que o doutor vá dizer como aquele seu colega espanhol: ‘Según todos los síntomas, aunque según lo que dicen los mejores tratadistas, usted está muerto!’. Paciência.”¹²

“Já estive numa porção de casamentos, inclusive nos meus. Só tenho as fotos dos meus, mas guardo viva a lembrança do visual dos noivos nas outras festas: é um misto de alegria e esperança, sobretudo esperança de que o matrimônio dê certo, coisa difícil.”¹³

⁹ De Colombo a JK: histórias do Brasil, p. 52.

¹⁰ Do Blog, disponível em www.philosopho.com.br, acesso em 22.08.2018.

¹¹ Salvação pelo galinheiro, Folha de S. Paulo, 28.04.2017.

¹² Jornal Estado de Minas, 03.11.2008.

¹³ Jornal Estado de Minas, 29.05.2010.

“Com o seu estilo sarcástico, exibia enorme alegria de viver e resignação com a implacável passagem dos anos.”

“Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro.”

MagisCultura

Almeida Reis era colaborador e leitor desta revista. Publicou, em 2011, o artigo *Abgar Renault, figura solar*. Certa feita, escreveu em seu blog:

*“Editada pela Amagis, Associação de Magistrados Mineiros, a revista MagisCultura Mineira, de setembro de 2017, deu-me bons momentos de leitura com os textos de Gutemberg da Mota e Silva, desembargador do TJMG aposentado, e de Rogério Medeiros Garcia de Lima, desembargador do TJMG, meu bom amigo.”*¹⁹

*“Donde se conclui que é melhor não concluir nada, mesmo porque o roubo (em) um país grande e bobo, não tem solução e/ou conclusão.”*¹⁴

“Você é casado, Zé? Um dos peões foi admirável: ‘Casado não sou, doutor, mas tenho um conforto’. Aí é que está: confortos são importantíssimos na vida dos homens de bem, dos trabalhadores que realmente fazem alguma coisa por este país grande e bobo.

*“Nunca prescindi do conforto. Ainda ontem, pelo almoço, estive pensando que preciso agradecer à vida todo o conforto que me tem proporcionado: poltrona espetacular, boa cama de viúva, geladeira cheia, chuveiro razoável, ótimos charutos, belo apartamento. Depois de certa idade, até os philosophos são fáceis de confortar.”*¹⁵

“Instalada a peça de tecido resistente de algodão, suspenso pelas extremidades, usada para dormir ou embalar, enredei-me. (...) Passei da idade de me deitar em redes. Deitar, deitei, mas não consegui me levantar nem à mão de Deus padre, como dizem os religiosos. Bem que a gestora doméstica tentou me ajudar, sem sucesso, porque não é halterofilista.

*“Nem se diga que os ganchos e a bela rede – adquiridos no Mercado Central sob supervisão do nosso João Dias, o Rei da Feijoada e da Amizade – não terão serventia. Onde havia duas camas de hóspedes há, agora, duas camas e uma rede.”*¹⁶

“O pessoal, como se diz na roça, ‘estão’ brincando. E a imbecilidade humana aceita a brincadeira transformada em ‘arte’, sem que apareça alguém para denunciar a empulhação. Ora, senhoras e senhores, enfileirar 25 cachos de bananas de plástico ou de qualquer outro material, inclusivamente de bananas de verdade, desde quando foi arte?

*“Só dando uma banana, gesto ofensivo que consiste em dobrar o braço com a mão fechada, segurando ou não o cotovelo com a outra mão, para o ‘artista’ e para todos aqueles que divulgam, fotografam e elogiam sua ‘arte’.”*¹⁷

Ocasionalmente, citava os clássicos na coluna:

“Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro. Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade; e quem for possuindo com crescente perfeição os idiomas da Europa vai gradualmente sofrendo uma desnacionalização. Não há já para ele o especial e exclusivo encanto da fala materna, com as suas influências afetivas, que o envolvem, o isolam das outras raças; e o cosmopolitismo do Verbo irremediavelmente lhe dá o cosmopolitismo do caráter. Por isso o poliglota nunca é patriota. Com cada idioma alheio que assimila, introduzem-se-lhe no organismo moral modos alheios de pensar, modos alheios de sentir. O seu patriotismo desaparece, diluído em estrangeirismo.”

(Eça de Queirós, em “A Correspondência de Fradique Mendes”)¹⁸

¹⁴ Jornal Estado de Minas, 15.09.2010.

¹⁵ Jornal Estado de Minas, 17.09.2010.

¹⁶ Jornal Estado de Minas, 19.11.2010.

¹⁷ Jornal Estado de Minas, 02.05.2013.

¹⁸ Jornal Estado de Minas, 05.11.2009.

¹⁹ Do Blog, disponível em www.philosopho.com.br, acesso em 04.01.2018.

Nosso último encontro

Eduardo Almeida Reis deixou de publicar crônicas em jornais e passou a editar um *blog* na internet.

Adoentado, mudou-se para Juiz de Fora (MG). Visitei-o na *Manchester Mineira*, em 10 de julho de 2019. A jornalista Ana Cristina Reis, sua filha, viera do Rio de Janeiro para lhe fazer companhia.

Era uma manhã fria. Bebemos alguns cálices de vinho do Porto e comemos queijo francês. Com o costureiro bom humor, o anfitrião contou-me divertido caso ocorrido em uma ignota academia de letras.

Faleceu um velho acadêmico. Era janeiro e fazia muito calor na cidade. O velório foi realizado à tarde, na sede da arcádia. O ambiente estava abafado. Os presentes, vestidos a rigor, suavam.

A saída do féretro atrasara, porque o presidente da academia ainda não chegara para pronunciar a oração fúnebre.

Finalmente, o orador chegou esbaforido. Sacou do bolso do paletó o discurso escrito e leu. Estava dominado por enorme emoção.

Encerrada a fala, o idoso presidente transpirava muito. Dirigiu-se a dois confrades acadêmicos, um pouco afastados do esquife. Bastante surdo, supunha falar baixo e comentou em voz alta:

– *Não aguento mais necrológios, fico muito emocionado. O próximo acadêmico que morrer, eu quero que se foda!*

Confraria de amigos

O grande escritor faleceu em Juiz de Fora, no dia 15 de março de 2022.

Após a sua morte, foi criada, em Belo Horizonte, a Confraria dos Amigos de Eduardo Almeida Reis.

Regozijo-me por ser um dos confrades.

Reunimo-nos todo final de ano, para fumar charutos (não fumo, por absoluta incompetência), beber uns tragos (no que possuo razoável talento) e contar casos do Eduardo.

Em dezembro de 2023, alguém lembrava a sua picardia com os mais jovens. Cantarolava para eles a música *Esses Moços*, de Lupicínio Rodrigues:

*“Esses moços, pobres moços
Ah! Se soubessem o que eu sei.”*

Recordei imediatamente Nelson Rodrigues, outro gênio da ironia:

“Eu recomendo aos jovens: envelheçam depressa, deixem de ser jovens o mais depressa possível.”

Relatei, no embalo, um episódio ocorrido há mais de dez anos.

Comemorávamos o aniversário de um amigo comum, na capital mineira. O aniversariante, esmerado anfitrião, recebia convidadas e convidados para jantar na enorme casa do bairro Belvedere.

Eu estava sentado ao lado do Eduardo, em uma mesa redonda instalada nos jardins da residência. Dez pessoas de-

gustavam bebidas e aperitivos àquela tábola.

Um dos comensais arengava sozinho. Não dava oportunidade para os outros falarem. Contava o interminável caso da morte de um filho seu. O finado era um jovem atlético, acometido por grave e incurável moléstia.

A narrativa se iniciou pelos primeiros sintomas, passou pelo diagnóstico e derivou para o prolongado tratamento. A parolagem se arrastava há meia hora. Não escapava nenhum detalhe: hospital, médicos, enfermeiros, medicamentos, procedimentos, visitas etc.

Eduardo saiu à francesa.

Algun tempo depois, levantei-me para ir ao banheiro. O lavabo mais próximo era o da sala de jogos. Para lá me dirigi.

O escritor estava sentado em uma poltrona de couro. Fumava o inseparável charuto e bebericava um legítimo whisky escocês. Ao me ver, perguntou pachorrentamente:

– *O rapaz já morreu, Rogério?*

Esse era Eduardo Almeida Reis.

Inigualável.

Referências bibliográficas

- *As confissões do “Filosofho” Eduardo Almeida Reis, um polêmico de “bem com a vida”*, entrevista com Eduardo Almeida Reis, 09.11.2010, Portal Fiat Lux, disponível em <https://universobh.wordpress.com/eduardo-almeida-reis-republicacoes-2/>, acesso em 02.06.2024.
- AVELAR, Priscila. *Perfil – Vozes de Minas*, jornal *Turismo de Minas*, Central de Produção Jornalística do Centro Universitário Newton Paiva, edição do ano de 2008, Belo Horizonte-MG.
- CASTRO, Ruy. *Salvação pelo galinheiro*, jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 28.04.2017, p. A-2.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Galeria das personalidades notáveis de São João del-Rei*. São João del-Rei: Fapec, 1994.
- *Eduardo Almeida Reis*, Portal da Academia Mineira de Letras, <http://www.academiamineiradeletras.org.br/eduardoreis.asp>, acesso em 08.02.2011.
- *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte-MG.
- REIS, Eduardo Almeida. *Abgar Renault, figura solar*. Belo Horizonte/MG: Revista *MagisCultura*, Associação dos Magistrados Mineiros, nº 5, março de 2011, p. 24.
- _____. *De Colombo a JK: histórias do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ª ed., 1979.
- _____. *O voo do gênio em “Reflexões Efêmeras”*, jornal *Hoje em Dia*, Belo Horizonte/MG, edição de 20.03.1995, seção Cultura.
- RENAULT, Abgar. *Reflexões efêmeras*. Belo Horizonte/MG: Mazza Edições, 1994.



Sentimento Oceânico

José Aparecido Fausto de Oliveira
Juiz de Direito do TJMG, Comarca de Araxá

Sentado ao sol, o mar à frente, assolou-o um pensamento infausto: *“Pode me levar, Senhor, já fiz tudo o que tinha para fazer, me pouparia tantas dores...”*

O contexto não combinava com tais sentimentos, sol, praia, descanso, ainda assim, no calor do sol, quis cessassem todas as suas dores.

Como não foi atendido, buscou um charuto, *“pode-se fumar charuto na praia?”*, antes que respondesse duas mulheres passaram por ele com minúsculos biquínis, a visão não desagradou, fumar charuto era de menos, acendeu-o.

Não havia banhistas a seu lado, sossegou-se e sorveu o sabor do tabaco no emaranhado da fumaça que fazia, fumaça branca lembra nuvem que lembra céu, novamente o pensamento de fim, agora quis se esvair tal qual a fumaça, sumir sem deixar vestígios.

Também não foi atendido e passou a desenhar com os pés na areia. Poderia fazer desenhos na areia com aquela idade? Acaso tem idade para se fazer desenhos na areia? Contrariado, sentiu vergonha e parou com os rabiscos.

Ao longo, meninos jogavam futebol, uma mulher passou de bicicleta, no céu o helicóptero dos bombeiros sobrevoava a praia, casais circulavam de mãos dadas e o vendedor de biscoitos tentava atrair clientela.

Preciso de uma caipirinha. Levantou-se e foi até a barraca, o rapaz solícito disse que levaria até ele quando estivesse pronta, tanta cortesia o levou a pedir um pastel de camarão. Voltou à sua cadeira.

Na solidão daquele local repleto de pessoas, lembrou-se de alguns versos. Seriam de Fernando Pessoa, Drummond, Florbela, Bandeira? Assim eu queria o meu último poema, que fosse belo, que fosse cândido, só desse verso se lembrou, os demais versos fugiram-lhe.

A caipirinha chegou. O pastel de camarão acabara, poderia ser de outro recheio? Vou ficar só com a bebida, obrigado.

Meninos jogavam futebol, as moças com biquínis minúsculos voltavam, o sol continuava ali, as cadeiras começavam a ser recolhidas, surfistas chegavam, um homem encontrou um polvo na praia, pequeno, formava-se uma pequena multidão. O som de uma sirene se ouviu e o mar mantinha sua dança, incansável, indiferente, maravilhoso.

Assim eu queria o meu último verso, ser levado pelo mar sem ter que me afogar!

“O contexto não combinava com tais sentimentos, sol, praia, descanso, ainda assim, no calor do sol, quis cessassem todas as suas dores.”

A invenção do fogo

Llewellyn Medina

Desembargador do TJMG, aposentado

A lua empalideceu de pouco a pouco quase nada
afogou-se na brancura da nascente alvorada

Prometeu pleno de luz o encantamento
doará o fogo ao homem o invento
dará vida ao homem do advento
terá por paga pedra atada ao peito
retomará jornada em cada alvorada
a cada crepúsculo nova recaída

castigo de Zeus deus terrível
de artimanha incompreensível

do primeiro fogo à bomba apocalíptica
Prometeu ligou-se a meu destino
ele pedra atada ao cachaço
eu espada de Dâmocles ao pescoço

o passado história contada
ligada ao futuro nebuloso
a cada dia menos esperançoso
o homem no caminho indesejado
historiadores condenadas versões
Prometeu segue acorrentado.



Antropofágico

Amaury Silva

Juiz de Direito do TJMG, Comarca de Governador Valadares

Placentas únicas que trouxe vida tripla ao poema
Mãe sob o puerpério, devorou o que poderia ser algoz
Permitiu a deglutição de todos os líquidos, qualquer
tema

E anunciou que era para ser, o antropofágico com voz

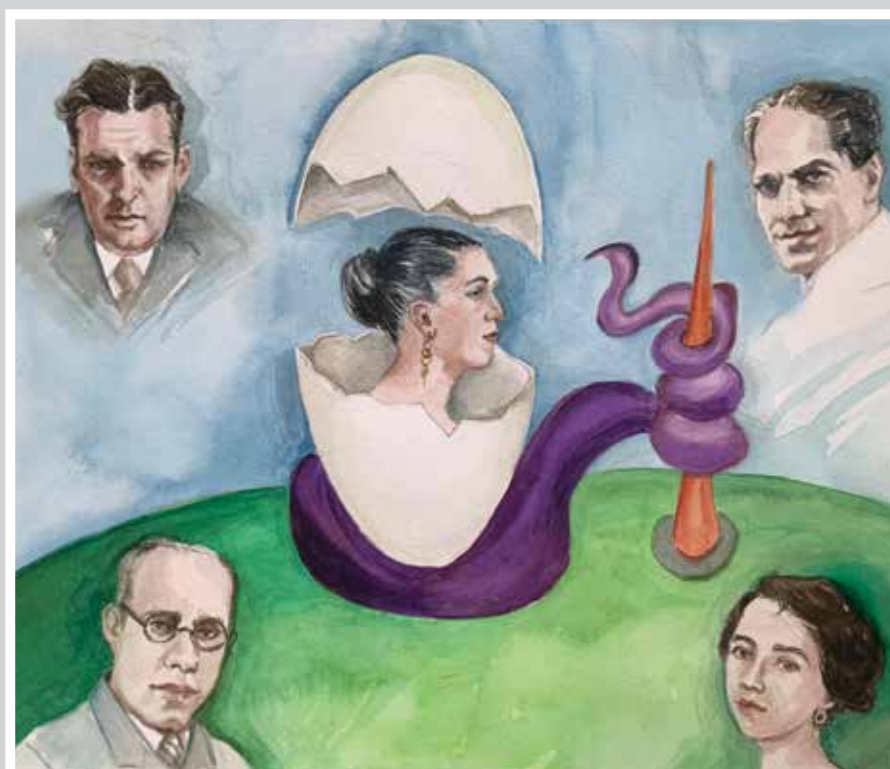
Hereditariedade triangular, ruptura que é poesia
O moderno veio se tratar, engolido e transtornado em transe
Com a originalidade do estabelecido e do que chegou em
travessia

Para versos com todas as nuances, uma nova exclusiva nuance

Abaporu, homem que come versos e saboreia fonemas
Devora a catequese e lança estímulos decoloniais
Escrevo como falo, falo com imagens de telas de cinemas
Hamlet na tribo dos Tupinambás sem línguas litorais

Há poesia nos fatos, nos poros das peles, mocambos, palácios
Pau-brasil em semanas mundo afora, arranjo brasilianista
Cândida agilidade da criança, no colo materno dos prefácios
Modernos que fizeram da liberdade, a soltura antichauvinista

Em Lugares Diversos, Anos Depois dos Manifestos!



Três Sonetos

João Quintino Silva Galinari
Desembargador do TjMG, aposentado

Maneira de morrer se não se encontra o amor

Já não por mim desejo longa a vida,
 Porém, pelo mistér de consagrar-te
 Através dos impulsos de minha arte,
 Oh! virgem dos meus sonhos preferida!
 Canto vitória nesta doce lida
 De te buscar e, em te buscando, achar-te!
 Teu nome apregoarei por toda parte
 Até que minha voz te seja ouvida!
 Quero-te, assim, divinizada e humana,
 Feita de sonho e carne... e já me ufana
 Pressentir teus sorrisos no ar dispersos!
 Se, antes, da vida me chegar o termo,
 Eu encherei de luz meu peito enfermo
 Para morrer numa explosão de versos!

O instante de morrer

Sinto fugir-me a vida, pouco a pouco,
 Nessa carcaça humana e sem proveito!
 Calei-me, quanto a amor, insatisfeito!
 Falha-me a voz! Fiquei, deveras, rouco.
 Dirão incrédulos amigos: - "Louco!
 Tão moço, abrindo ao pessimismo o peito,
 Cavou em vida o próprio e extremo leito,
 Fez-se, dos seus, a bons conselhos, mouco!"
 Mas, eu que estou dentro de mim, agora,
 Compreendo o mal que no meu seio mora
 E está por meu espírito disperso.
 E quero - por vontade derradeira -
 Sentir meu corpo em rábida fogueira
 Para eu morrer numa explosão de verso!

Minha morte ou meu último desejo

Não quero flores no caixão funéreo
 Em que se abriguem restos do que eu fora!
 Não quero pranto, velas em tal hora,
 Poses contritas, um semblante sério!
 Não transpareça ser nenhum mistério
 A minha morte, haja tristeza, embora...
 Nem saiba aquela que em meu sonho mora
 Meu sáfaro destino - o cemitério!
 Não se interrompa a vida por um morto!
 Haja trabalho, obrigação, conforto...
 Nenhum velório pela noite enorme...
 Seja tudo tão calmo e natural
 Que minha morte humílima, afinal,
 Dê a impressão do sono de quem dorme!



Veniet

José Maria Vieira Starling
Juiz de Direito do TJMG, aposentado

Virão também nuvens brancas
Velas abertas em vento ameno
Virá novamente o sol da manhã
E a clara luz do dia

E o entardecer de belezas poentes
Anunciando a Vênus luminosa
Que vem desafiar a lua
E o balé das estrelas cadentes

E virá de algum lugar infindo
O mesmo sêmen fecundo
Que faz o pão do grão do trigo
Que faz o amor no peito amigo



Edição Histórica foi lançada no Congresso Nacional

O volume II da série histórica da *MagisCultura*, comemorativa dos 150 anos de criação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, teve dois lançamentos festivos.

O primeiro ocorreu no Congresso Nacional, em Brasília, no dia 13 de junho último, durante sessão solene comemorativa da data; o segundo ocorreu em 27 de julho, na sede da Amagis.

Na sessão solene do Congresso Nacional, solicitada pelo senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado e do Congresso, e pelo deputado federal Duarte Gonçalves Jr, a Amagis esteve representada por seu presidente, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e pela vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere das Graças do Couto. O evento contou com a presença de desembargadores e de diversas autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. (Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado)

O segundo lançamento foi conduzido pelo presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e pelo presidente do Conselho Editorial da Revista, juiz Renato César Jardim e teve participação especial do desembargador Dooragal Borges de Andrada e da juíza do TJMMG Daniela Freitas Marques, ambos autores da publicação, comentando temas da publicação e da história do Judiciário em Minas.



Elogio da imprensa

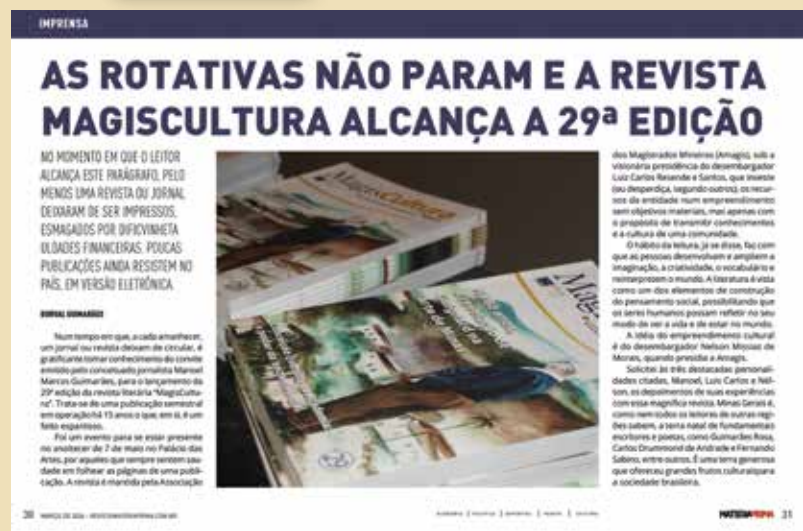
A revista *Matéria Prima*, de circulação digital, publicou em sua edição de maio último matéria sobre a *MagisCultura*, tendo como referência o lançamento da edição 29, que deu destaque aos 80 anos da chegada de Alberto da Veiga Guignard a Minas Gerais. Na matéria, o editor Durval Guimarães escreveu:

“Num tempo em que, a cada amanhecer, um jornal ou revista deixam de circular, é gratificante tomar conhecimento do convite [...] para o lançamento da 29ª edição da revista literária “MagisCultura”. Trata-se de uma publicação semestral em operação há 15 anos o que, em si, é um feito espantoso.

Foi um evento para se estar presente no anoitecer de 7 de maio no Palácio das Artes, por aqueles que sempre sentem saudade em folhear as páginas de uma publicação. A revista é mantida pela Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis), sob a visionária presidência do juiz de Direito Luiz Carlos Rezende e Santos, que investe (ou desperdiça, segundo outros), os recursos da entidade num empreendimento sem objetivos materiais, mas apenas com o propósito de transmitir conhecimentos e a cultura de uma comunidade.

O hábito da leitura, já se disse, faz com que as pessoas desenvolvam e ampliem a imaginação, a criatividade, o vocabulário e reinterpretem o mundo.”

A revista trouxe depoimentos do desembargador Nelson Missias de Moraes, criador da revista quando presidia a Amagis, do presidente Luiz Carlos Rezende e Santos, e do editor Manoel Marcos Guimarães.



Alunos de Santa Bárbara

Exemplares da edição 29 de *MagisCultura* foram entregues aos alunos do 7º ano do ensino fundamental do Centro Pedagógico Cecília Meireles, de Santa Bárbara, durante visita que fizeram à Academia Mineira de Letras (AML), em junho último, como parte dos estudos que fazem sobre a obra da escritora e acadêmica Conceição Evaristo. A AML é parceira da *MagisCultura* e mantém programa aberto a estudantes de escolas públicas e privadas interessadas nos temas da literatura mineira.



Lançamento no Palácio das Artes

O lançamento da edição 29 ocorreu no dia 7 de maio, na Grande Galeria do Palácio das Artes, como parte das comemorações dos 80 anos da chegada de Alberto da Veiga Guignard a Belo Horizonte e da verdadeira revolução que ele desencadeou nas artes plásticas mineiras. O lançamento foi feito junto à exposição que marcou a data, reunindo trabalhos do próprio Guignard, de alguns dos seus alunos e de alunos da atual Escola Guignard, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Fotos: Georgya Baçvaroff



Palavra dos leitores

“Esplêndido o novo número da *MagisCultura*. Fico-lhe gratíssimo pela inserção de minhas considerações sobre o número anterior, também digno de todo elogio. E você faz referência àqueles que o leitor geralmente não distingue, como autor de projeto gráfico, retratistas, ilustradores. Efusivas felicitações.

Manoel Hygino dos Santos,
jornalista, escritor, membro da
Academia Mineira de Letras.

“Essa revista tem excelente conteúdo. Cultura, arte, história, educação... Parabéns! Sucesso sempre!

Eliza Henriques Nogueira
São Lourenço, MG

“Recebi com grande alegria a revista, que achei excelente, séria e de alto nível. Parabéns para você e sua equipe! Foi um prazer participar.

José Maria Ribeiro
artista plástico,
Lagoa Santa, MG

“Muito rica a última edição da *MagisCultura*. Parabéns.

J. D. Vital
jornalista,
Belo Horizonte, MG



A AMAGIS, consciente das questões sociais e ambientais, utiliza papéis com certificado FSC® (Forest Stewardship Council®) para a impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima florestal provenha de um manejo considerado social, ambiental e economicamente adequado e outras fontes controladas.

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINAIS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológios.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo site e demais veículos de comunicação da Amagis.

